

Coletânea **MULTIATUAL**

Volume 9
2022

Interdisciplinar

uniatual
EDITORA

Coletânea **MULTIATUAL**

Volume 9
2022

Interdisciplinar

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694m Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 9
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 106 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-17-7
DOI: 10.5281/zenodo.7045065

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniatual.com.br/2022/09/coletanea-multiatual-interdisciplinar.html>



AUTORES

**ADRIANA GARCIA
ANA LUCIA DE SOUZA GOMES DOS SANTOS
BÁRBARA TAIRINE CAMPOS GIRELI
DELCIO ANTÔNIO AGLIARDI
FERNANDO JOSÉ PEREIRA DA COSTA
GISELA COLLADO
HILRIS ROCHA E SILVA
ITALO NUNES ARRAIS DE SOUSA
JOÃO WAGNER DE ALENCAR CASTRO
LAVÍNIA IZIDORO MARTINS
LETÍCIA THAMANDA VIEIRA DE SOUSA
LUCIA LOPEZ
MAGDA GLÓRIA GUARDA
MANOEL GONÇALVES RODRIGUES
MARÍA FERNANDA GALARSI
PATRÍCIA GIURIATTI
RAFAELA ODÍSIO NUNES
ROBERTO DOÑA
RODRIGO ZAMBROTTI PINAUD**

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 9” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E O DIRECIONAMENTO DAS EMPRESAS <i>Fernando José Pereira da Costa; Manoel Gonçalves Rodrigues</i>	8
Capítulo 2 PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY-RJ, 1965-2020 <i>Rodrigo Zambrotti Pinaud</i>	21
Capítulo 3 FREIRE E MALAGUZZI: DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS COM AS INFÂNCIAS <i>Delcio Antônio Agliardi; Patrícia Giuriatti</i>	34
Capítulo 4 EROSÃO E DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS NA ORLA COSTEIRA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA – RJ <i>Ana Lucia de Souza Gomes dos Santos; João Wagner de Alencar Castro</i>	47
Capítulo 5 DISPUTAS E RESGATE DE MEMÓRIAS EM TORNO DA USINA DE CAMBAHYBA, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES <i>Lavínia Izidoro Martins</i>	64
Capítulo 6 PROPUESTA: “ESPACIO DE ENCUENTROS VIRTUALES PARA MANTENER EL CEREBRO ACTIVO Y SANO”. VIVENCIAS CON ADULTOS MAYORES EN ENTORNOS DE PANDEMIA” <i>Gisela Collado; María Fernanda Galarsi; Adriana Garcia; Lucia Lopez; Roberto Doña</i>	78
Capítulo 7 ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM UMA UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Letícia Thamanda Vieira de Sousa; Italo Nunes Arrais de Sousa; Rafaela Odísio Nunes; Hilris Rocha e Silva</i>	86
Capítulo 8 CONSÓRCIO ALTO TELESPIRES, ASPCTOS DA FORMAÇÃO DA REDE DE COOPERAÇÃO <i>Magda Glória Guarda; Bárbara Tairine Campos Gireli</i>	92
AUTORES	103

Capítulo 1

**A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E O
DIRECIONAMENTO DAS EMPRESAS**

Fernando José Pereira da Costa

Manoel Gonçalves Rodrigues

A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E O DIRECIONAMENTO DAS EMPRESAS

Fernando José Pereira da Costa

Economista e Mestre em Energia. Pesquisador. E-mail: fjpcosta@sapo.pt

Manoel Gonçalves Rodrigues

Administrador e Engenheiro Químico e Doutor em Engenharia Mecânica. Professor Universitário. E-mail: manoel.grodrigues@gmail.com

Resumo: O gerenciamento das empresas em um ambiente de negócios cada vez mais instável advinda da entrada acelerada na economia digital, com grandes inovações tecnológicas na chamada revolução industrial 4.0, exige a presença nas corporações da gestão estratégica, e não exclusivamente no foco na eficácia organizacional dos negócios. A administração estratégica confere um direcionamento estratégico para as organizações e viabiliza o potencial de alcançar as metas e visão das mesmas, interagindo dinamicamente com o planejamento estratégico. Este, por seu lado, realiza o seu potencial pleno em interação com a administração estratégica.

Palavras-chave: Empresas, Administração Estratégica, Planejamento Estratégico.

Abstract: The management of companies in an increasingly unstable business environment arising from the accelerated entry into the digital economy, with major technological innovations in the so-called industrial revolution 4.0, requires the presence in corporations of strategic management, not exclusively focused on the organizational effectiveness of the business. Strategic management gives organizations a strategic direction and enables the potential to achieve their goals and vision, dynamically interacting with strategic planning. The latter, in turn, realizes its full potential in interaction with strategic management.

Keywords: Companies, Strategic Management, Strategic Planning.

Introdução

Dentro do conceito de Administração Estratégica considera-se a importância do Planejamento Estratégico a nível da gestão das organizações e no âmbito de uma sociedade cada vez mais interativa com o avanço da economia digital e da indústria 4.0 Assim, o Planejamento Estratégico deve ser visto como um instrumento de Administração Estratégica em uma empresa ou organização de qualquer dimensão. Por outro lado, dispor de um sistema de indicadores vinculados aos requisitos da

clientela ou do desempenho da empresa/organização nos mais variados domínios representa uma base clara/objetiva para alinhar todas as atividades com as metas da empresariais.

Por outro lado, a complexização do entorno das organizações, mais torna necessária a presença da Administração Estratégica, sendo possível promover a análise da evolução da maturidade estratégica de uma empresa/organização pelos seus valores, sua forma de controle/alocação dos recursos e o relacionamento com o meio ambiente onde se encontra. Ter em linha de conta a presença de determinadas funções/obrigações no contexto das empresas/organizações, implica um impacto sobre o processo de Administração Estratégica. Assim, o Planejamento Estratégico assume importância no âmbito do processo da Administração Estratégica, de modo a que se venham a posicionar os dois processos como ferramentas úteis a nível da gestão das empresas.

A Administração Estratégica deve ser vista como elemento de vantagem competitiva para as empresas/organizações. Haveria que considerar a importância da Administração Estratégica para as organizações no atual momento vivido pela gestão. De fato, no ambiente empresaria na modernidade se adotam a Administração Estratégica para práticas de vantagem competitiva, mormente a nível das etapas que a conformam. A adoção da Administração Estratégica confere maior eficiência à gestão das empresas/organizações, de modo a gerar um direcionamento estratégico repleto de robustez e segurança, de modo a conseguir um posicionamento favorável em termos de mercado. Assim sendo, a adoção da Administração Estratégica possibilita a adoção de novos modelos de gestão, num contexto de volatilidade do entorno das organizações.

Metodologia

Na coleta de dados e informações buscou-se ter em linha de conta artigos que considerassem a Administração Estratégica e o Planejamento Estratégico nela inserido como forma de se estruturar a estratégia das empresas e organizações em um ambiente competitivo, direcionados para o ambiente de negócios no século XXI com o início da economia digital.

Ao mesmo tempo, também se consideraram referências bibliográficas e eletrônicas que buscassem apresentar a importância de um sistema baseado na Administração Estratégica, notadamente no que se refere a se ter um sistema

estratégico atualizado face a um entorno empresarial e organizacional cada vez mais interativo, e alto grau de incertezas no ambiente dos negócios.

E, portanto pretende-se uma análise e discussão sobre a existência de um sistema de gestão mais em conformidade com o alto grau de instabilidade hoje vigente nos mercados nacionais e internacionais, nos quais operam de forma sistêmica as corporações modernas. Com base nesses elementos procurou-se construir um eixo de apresentação de objetivos a serem procurados por sistemas atualizados de gestão e planejamento. Por outro lado, partir para abordagens mais atualizadas de gestão e estratégia implica em considerar a Administração Estratégica como fonte de vantagem competitiva.

Planejamento Estratégico e Administração Estratégica

Destacam Melo e Thafarell (2016, p. 1) a importância do Planejamento Estratégico na gestão das organizações, dentro do conceito de Administração Estratégica. A Administração Estratégica está relacionada ao caminho seguido pela empresa que pretende alcançar sucesso por meio de uma estrutura bem organizada, com a definição de visão, missão, valores, objetivos e outros elementos claros e transparentes. Em sua aplicabilidade, a Administração Estratégica abrange o Planejamento Estratégico que faz parte da base de uma empresa/organização. O Planejamento Estratégico, como um instrumento de Administração Estratégica de Negócios aplica-se em uma empresa/organização, de pequeno, médio ou grande porte. É preciso reconhecer que se vive numa sociedade de empresas/organizações cada vez mais complexa/interativa. A base dessa sociedade é a produção de resultados esperados, havendo sinergia entre todos os seus setores constituintes.

Assim, consoante observam Melo e Thafarell (2016, p. 1e 2), a partir do momento em que as empresas/organizações alcançam certo tamanho e complexidade e conseqüentemente o seu modelo de gestão é precário ou inexistente, surge à necessidade da utilização das abordagens contidas nas teorias gerais da Administração, que permite oferecer aos executivos e gestores das organizações os modelos e as estratégias adequadas para a solução de seus problemas empresariais. Entre estas abordagens encontra-se a Administração Estratégica, que é uma evolução do planejamento estratégico. Trata-se de uma abordagem focalizada na definição de resultados e na escolha da estratégia para atingi-los, por meio de ações sistemáticas de planejamento empresarial/organizacional. Estas ações desdobram-se a nível

estratégico, tático e operacional, definindo-se etapas em termos do planejamento estratégico dos negócios que vão desde declaração da visão/missão do negócio, passam pela análise do ambiente externo de oportunidades e ameaças, pela análise do ambiente interno com pontos fortes e pontos fracos, pela formulação de metas e serviços e chegam à formulação de estratégia pela implementação, feedback e controle.

Deve-se ter em mente, conforme alertam Melo e Thafarell (2016, p. 3), que o produto do planejamento estratégico, não é um plano, nem um conjunto de planilhas e tabelas, nem mesmo uma nova metodologia de análise. O produto de um planejamento estratégico compreende os resultados compatíveis com a missão e com os objetivos organizacionais. Com isto, emerge um movimento estratégico nas empresas. As empresas/organizações que conseguem traduzir a estratégia em sistemas de mensuração com indicadores têm muito mais probabilidades de executá-la porque conseguem transmitir os objetivos e metas a todos os níveis hierárquicos. É preciso reconhecer que um sistema de indicadores vinculados aos requisitos dos clientes ou do desempenho da organização nas mais variadas e necessárias perspectivas ou áreas de resultados, representam uma base clara e objetiva para alinhar todas as atividades com as metas da organização.

Conceito de Estratégia

Destacam Melo e Thafarell (2016, p. 5-9), que a origem do termo estratégia remonta ao grego, (*strategía*), aplicada ao planejamento e execução de operações militares, com vista a alcançar determinados objetivos. Na verdade, o que acaba diferenciando uma estratégia da outra é exatamente o perfil de cada empresa e organização juntamente com seus objetivos e metas. Uma estratégia bem elaborada propicia à empresa e organização a capacidade de enfrentar o ambiente externo com maior eficácia.

Uma Estratégia estabelece uma mesma direção para a organização em termos de seus diversos objetivos e orienta o aproveitamento dos recursos usados para a empresas/organização seguir em direção a estes objetivos. Por outro lado, deve-se definir o escopo de atuação estratégica, podendo-se ter como alvo um mercado mais amplo, com vários segmentos industriais, ou mais restritos, atuando em segmentos específicos.

Com base nessas duas dimensões, há quatro possíveis estratégias genéricas. As estratégias genéricas são: liderança em custo, diferenciação, enfoque/foco em custo e enfoque/foco em diferenciação. Através da definição da estratégia competitiva genérica a empresa/organização poderá estabelecer uma posição competitiva favorável e sustentável contra as forças externas e internas que determinam a concorrência em mercados competitivos. A estratégia de diferenciação focada torna diferente das outras em relação ao seu objetivo, que está em determinar um nicho de mercado para atuar. Podem-se encontrar dois tipos de enfoque, a saber: enfoque custo e enfoque diferenciação.

O segredo da estratégia está em encontrar o mercado alvo para atuar, devendo a empresa/organização dedicar todos seus esforços neste mercado. Cabe o registro de que os riscos neste tipo de estratégia são altos, pois a empresa/organização para trabalhar com este tipo de estratégia precisa optar em atuar apenas em um tipo de segmento, abandonando os outros.

Conforme já foi salientado qualquer das estratégias genéricas que a empresa e organização possa escolher não está livre de riscos. Um dos riscos que a estratégia de diferenciação pode ter é o cliente não sentir a real diferença do produto em relação ao seu concorrente e não aceitar pagar o preço da diferenciação. Quanto à estratégia de custos, os riscos estão voltados na eficácia da administração da empresa/organização. Neste sentido, torna-se de fundamental importância a promoção de uma reengenharia dentro dos departamentos, uma vez que a eficiência e a eficácia só poderão ser alcançadas se a empresa/organização, em vez de trabalhar com a estrutura hierárquica clássica, der lugar à integração das diversas áreas da organização.

De acordo com Melo e Thafarell (2016, p. 15), a Administração Estratégica permite a organização dos contributos das diversas áreas da organização, possibilitando uma visão temporal mais favorável à sobrevivência da empresa/organização, pensando-se constantemente a curto e longo prazo. De fato, a Administração Estratégica permite ainda uma visão temporal mais favorável à sobrevivência da empresa/organização, pensando-se constantemente a curto e longo prazo. Por outro lado, é possível analisar a evolução da maturidade estratégica de uma organização pelos seus valores, sua forma de controle e alocação dos recursos, e o relacionamento com o meio ambiente onde se encontra.

Conforme apontam Melo e Thafarell (2016, p. 16), a Administração Estratégica deve ser praticada dentro de uma empresa em particular. Durante os últimos anos, os negócios tenderam a se envolver com atividades internacionais. Como se espera que essa tendência continue, cada vez mais as empresas terão questões internacionais a considerar no futuro como parte de seu processo de Administração Estratégica.

Em conformidade com a análise conceitual descrita por Michael Porter (HBR 10 Artigos Essenciais, 2018), eficácia operacional não é estratégia no sentido que a gestão das empresas devem tomar decisões rápidas fundamentada numa boa análise de dados em cenários de rápidas mudanças competitivas e de mercado nos mercados globalizados e na economia cada vez mais virtualizada.

A responsabilidade social, por sua vez, é a obrigação administrativa de tomar atitudes que protejam e promovam os interesses da organização e o bem-estar da sociedade como um todo. Reconhecer que tais obrigações existem tem, necessariamente, um impacto sobre o processo de administração estratégica. Neste texto, procurou-se destacar a importância do Planejamento Estratégico dentro do processo de Administração Estratégica, colocando-o como uma ferramenta útil para a gestão das organizações.

A Administração Estratégica como Vantagem Competitiva

De acordo com Darlan et al (2016, p. 40 e 41), atenta-se para a importância da Administração Estratégica como vantagem competitiva para organizações. Cabe realizar um estudo teórico sobre a importância da Administração Estratégica para as empresas/organizações no momento atual. Deve-se considerar o processo de Administração Estratégica, abordando suas etapas, tais como: Missão, Objetivos, Análise Externa, Análise Interna, Escolha Estratégica, Implementação Estratégica e Vantagem Competitiva. De fato, há a importância das empresas adotarem a Administração Estratégica para determinar práticas de vantagem competitiva, de modo a gerar um direcionamento estratégico robusto. Para fazer face a todas as mudanças/exigências que o mercado tem feito, torna-se necessário mudar a forma de gestão das organizações. É preciso agir, buscando implantar a Administração Estratégica para a empresa, a fim de conseguir vantagens competitivas e ocupar uma posição equilibrada no mercado.

Neste contexto, o processo de Administração Estratégica auxilia na escolha de estratégias e implementação dessas mudanças. Vive-se uma era de mudanças

aceleradas e a maioria das estruturas organizacionais e práticas administrativas não foi criada para atender a esse ritmo de mudança em voga, visto que a estrutura organizacional e os modelos de gestão estão mudando.

Como destacam Darlan et al (2016, p. 43 - 48), a Administração Estratégica se torna cada vez mais necessária para as empresas e organizações. A Administração Estratégica é um processo que vai desde a escolha da missão de uma organização, até a obtenção da vantagem competitiva. Com a implantação do processo de Administração Estrtrégica, considerando-se todas as suas etapas (retomada dos dados levantados: missão escolhida, objetivos elencados, identificação de forças e fraquezas, ameaças e oportunidades, dentre outros), a empresa passa a dispor de uma grnde bagagem para tomar decisões referentes à escolha de sua estratégia.

Por outro lado, a competitividade pode ser conquistada/mantida através da inovação. Já a inovação pode ser decorrente da necessidade de buscar melhores condições de mercado ou para defendê-las. Nesse processo, a competição traz como consequência, o desenvolvimento econômico. Por outro lado, a possibilidade de realizar revisões sobre o planejamento de forma periódica é uma questão considerada importante para que as empresas/organizações possam firmar as ações e fazer um acompanhamento mensal dessas mesmas ações.

Na verdade, grande parte das empresas/organizações não realizam uma administração estratégica alinhada ao Planejamento Estratégico para conseguirem vantagem competitiva, antes agindo de forma isolada, sem alinhamento de propósitos. O planejamento e sua verificação são possíveis de se realizar em qualquer empresa/organização, independente da sua dimensão. O Planejamento Estratégico é considerado uma técnica de gestão descomplicada, porém, o que acaba por complicá-lo é a falta de conhecimento.

Administração Estratégica e Estratégia

Para Camargos (2003, p. 27-29), para além da Administração Estratégica tem-se a Estratégia Corporativa, que deve ser vista como o nível mais norteador dos demais níveis da estratégia empresarial, considerando-se as condições da empresa pelo (porte, setor, estrutura, entre outros. Por outro lado, há que registrar que a evolução da Administração Estratégica, faz com que esta disciplina caminhe para uma constituição mais elaborada/independente, até mesmo da Administração.

Entretanto, o crescimento do porte das empresas/organizações e o incremento da sua complexidade estrutural, associados à aceleração do ritmo das mudanças ambientais, têm exigido das empresas/organizações uma maior capacidade de formular/implementar estratégias que possibilitem superar os crescentes desafios de mercado e atingir os seus objetivos tanto de curto como de médio e longo prazo. A velocidade de ocorrência das mudanças no ambiente de mercado pode estar associada a diversos fatores, com destaque para o desenvolvimento tecnológico, a integração de mercados, o deslocamento da concorrência para o âmbito internacional, a redefinição do papel das empresas/organizações, para além das mudanças no perfil demográfico e nos hábitos dos consumidores. Efetivamente, estas mudanças têm exigido uma redefinição das estratégias.

Ao tentar estabelecer relações entre a Administração Estratégica e a Estratégia, Camargos (2003, p. 31) observa que a Administração Estratégica é, atualmente, uma das disciplinas do campo da Administração de maior destaque/relevância, pela produção científica e também pelo número de consultorias empresariais e organizacionais. De fato, qualquer empresa/organização, conscientemente ou não, adota uma estratégia, considerando-se que a não adoção deliberada de estratégia por uma empresa pode ser entendida como uma estratégia. Para além disto, a importância maior da Administração Estratégica está no fato da mesma se constituir em um conjunto de ações administrativas que possibilitam aos gestores de uma organização mantê-la integrada ao seu ambiente e no curso correto de desenvolvimento, assegurando-lhe atingir seus objetivos e sua missão.

Nesse contexto acima, a estratégia, assim como a empresa e o seu respectivo meio ambiente, não são estáticos, mas ao contrário, estão em contínua mudança, desempenhando a função crucial de integrar estratégia, empresa e ambiente em um todo coeso, rentável e sinérgico para os agentes que estão diretamente envolvidos ou indiretamente influenciados.

A Administração Estratégica e a sobrevivência das empresas

Oliveira e al. (2017, p. 42), com a ocorrência de mudanças cada vez mais aceleradas em um mundo globalizado, torna-se cada vez mais perceptível para as empresas/organizações a necessidade de se adequarem a essas mudanças, por questão de manutenção e crescimento, considerando-se que as certezas acerca das tendências conjunturais do presente são ilusórias e os administradores necessitam

buscar uma compreensão mais apurada da realidade e dos riscos. Nessa perspectiva, a administração estratégica converte-se em importante elemento para a sobrevivência das empresas/organizações, conforme ocorre a evolução dos processos de descontinuidade do ambiente e da dificuldade de previsibilidade. As empresas são sistemas abertos que recebem influências externas do ambiente, que podem afetar o seu funcionamento e o seu desempenho.

Consoante é assinalado por Oliveira (2017, p. 42) a análise ambiental ajuda a identificar tendências e serve como base para diagnóstico de cenários futuros. Previsões bem elaboradas auxiliam no planejamento e na tomada de decisões e favorecem os executivos a descobrir/avaliar oportunidades e ameaças. Alinhado a essa perspectiva, registra-se que os cenários auxiliam na organização das percepções dos gestores, e, identificar um cenário não tem como objetivo escolher um futuro preferido e aguardar que ele se realize, nem tão pouco é encontrar o futuro mais provável e se adaptar a ele. Em vez disso, a elaboração de cenários busca tomar decisões estratégicas que sejam plausíveis para todos os futuros possíveis.

Assim, a Administração Estratégica nas organizações tem de lidar com ambientes de negócios em mudança. Na verdade, enquanto as empresas/organizações desejarem gerenciar com sucesso o seu futuro, reforçar a sua competitividade e gerar valor para os acionistas, eles devem ser capazes de prever o aparecimento de fatores de risco que podem afetar o desempenho da empresa, o qual resulta de um plano estratégico de forma dinâmica em mudança.

De acordo com o que é alinhado por Oliveira (2017, p. 53), o objetivo principal dos cenários não é o de se ter certeza absoluta sobre o que prevalecerá no futuro, uma vez que a conjuntura futura será moldada no transcorrer do tempo presente. Na elaboração de cenários leva-se em consideração a análise das variáveis independentes (econômica, tecnológica, política, sócio cultural e demográfica), independentemente do modelo que venha a ser utilizado na sua criação. No geral, esses modelos sugerem a criação de até três cenários, a saber: Otimista, Realista e Pessimista) para que a organização desenvolva uma Estratégia robusta que seja capaz de funcionar eficientemente e obter os resultados esperados em qualquer um. Considerando-se as estratégias que lidam com as incertezas e riscos deste ambiente em mudança, a criação de cenários constitui uma etapa importante que antecede ao da elaboração do planejamento estratégico.

Resultados

A Administração Estratégica reforça a componente estratégica das organizações. De fato, a adoção do conceito e aplicação na esfera organizacional da Administração Estratégica confere maior eficiência à gestão das empresas e organizações nas sociedades da economia digital, de modo a gerar um direcionamento estratégico seguro e robusto, alcançando um posicionamento favorável a nível mercadológico.

Por outro lado, um dos resultados mais significativos diz respeito à adoção do Planejamento Estratégico no âmbito da Gestão Estratégica, de forma a conseguir uma maior robustez a nível de alcançar os objetivos estratégicos, e mesmo em termos da configuração das organizações a nível estratégico, de modo a lidar melhor com o tratamento das questões afetas às incertezas e aos riscos nesta era do mundo multipolar e de economia digital.

A adoção do conceito de Administração Estratégica permite um direcionamento mais eficiente à componente estratégica, e não apenas com foco em maximar o retorno com instrumentos de eficácia organizacional frente a necessidade de sobrevivência corporativa de longo prazo, e mesmo interger e forçando a interação com o Planejamento Estratégico. Com isto, fortalece-se o lado estratégico das empresas e organizações, de maneira a lhes conferir maior aderência a nível da gestão e estratégia.

Considerações Finais

Os processos de Administração Estratégica e Planejamento Estratégico fazem sentido com a interação do segundo no âmbito do primeiro, no contexto da gestão das empresas. Na verdade, a configuração da Administração Estratégica amplia o potencial estratégico das empresas. De fato, a turbulência do entorno das organizações, conduz à presença da Administração Estratégica. Na verdade, será a presença da Administração Estratégica a fornecer um direcionamento estratégico às empresas. O fato é que a Administração Estratégica deve ser considerada como um elemento de construção de vantagem competitiva para as empresas/organizações no contexto da extrema volatilidade vivida pela gestão nos dias que correm. De fato, a adoção da Administração Estratégica possibilita a consideração de novos modelos de gestão, num contexto de mudança e volatilidade do entorno das empresas/organizações.

No contexto de um meio ambiente volátil/complexo, a Administração Estratégica surge como fator de orientação estratégica para as organizações. De fato, no contexto de uma ambiente instável, a Administração Estratégica fornece o direcionamento estratégico à gestão das empresas/organizações. Com a Administração Estratégica potencializa-se o Planejamento Estratégico e a interação de ambos os elementos configura o potencial estratégico das empresas. O Planejamento Estratégico, inserido no contexto da Administração Estratégica, viabiliza o potencial estratégico organizacional e configura um sistema estratégico mais confiável e seguro no âmbito das empresarial. Tudo isto faz-se necessário na presença de um meio ambiente dotado de grande volatilidade e caracterizado por uma elevada instabilidade, que se mostram como atributos do clima atualmente vivido pelo ambiente de negócios afeto às organizações.

Haveria que considerar a importância da Administração Estratégica para as empresas no atual momento vivido pela gestão. De fato, as empresas adotam a Administração Estratégica para práticas de vantagem competitiva, mormente a nível das etapas que a conformam. A adoção da Administração Estratégica confere maior eficiência à gestão das empresas, de modo a gerar um direcionamento estratégico repleto de robustez e segurança, de modo a conseguir um posicionamento favorável em termos de mercado. Assim sendo, a opção pela Administração Estratégica possibilita a adoção de novos modelos de gestão, num contexto de mudança do entorno das organizações.

Por outro lado, a mesma constitui-se em elemento de vantagem competitiva para as organizações bem administradas com foco em resultados. Com a aplicação do conceito de estratégica em seus modelos de negócios, as empresas definem práticas de vantagem competitiva e ocupam uma posição equilibrada no mercado. Por outro lado, para além da Administração Estratégica, a competitividade pode ser conquistada através da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Esta, por seu lado, pode advir de um determinado arranjo estratégico-competitivo, com bons reflexos nas operações das empresas.

Referências

CAMARGOS, M. A. Estratégia, administração estratégica e estratégia corporativa: uma síntese teórica. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, nº 1, v. 10, janeiro/março 2003.

COSTA, F. J. P.; RODRIGUES, M. G. Globalização, Economia e Política, 2017, mimeo.

COSTA, F. J. P.; RODRIGUES, M. G. Globalização, Desindustrialização e Inserção Subordinada: O Possível Papel do Estado e da Nacional-Estratégia. Rio de Janeiro. UERJ. VI Congresso NUCLEAS, 2019.

DARLAN, R.; JULKOVSKI, D. J.; CASARIN, T.; GESUA, R. M. Um estudo sobre a importância da administração estratégica como vantagem competitiva para as organizações. ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia, v. 8, n. 1, p. 40-52, 2016.

FERNANDES, B. H. R. e BERTON, L. H. Administração Estratégica: Da Competência Empreendedora à Avaliação de Desempenho. São Paulo: Saraiva, 2012.

HBR 10 ARTIGOS ESSENCIAIS. Estratégia. Coimbra: Conjuntura Actual, 2018. (artigos selecionados da Harvard Business Review)

HITT, M. A. et al. Administração Estratégica: Competitividade e Globalização. São Paulo. Cengage Learning, 2011.

JACOBSON, R. The “Austrian” school strategy. The Academy of Management Review, 17 (4), 782-807, 1992.

MELO, S.; THAFARELL, E. Planejamento Estratégico dentro do conceito de Administração Estratégica. Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade Doctum de Administração da Serra como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Administração, 2016.

OLIVEIRA, W. F. M.; EL-AOUAR, W. A.; NÓBREGA, K. C. A elaboração de cenários estratégicos como vantagem competitiva. Revista Raunp, v.10, n.1, p. 41-58.

Capítulo 2

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY-RJ, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY-RJ, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud¹

Graduado em Ciências Biológicas pela UFRJ (1994) e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (2021), Mestrado em Planejamento Energético e Ambiental pela COPPE/UFRJ (1997) e Marinheiro Auxiliar de Convés pela Marinha do Brasil (2014). Experiência na área de Botânica, Bioquímica Ambiental, Ecologia, Educação Ambiental, Avaliação de Impactos Ambientais, Análise de Risco, implantação e acompanhamento de Programas Socioambientais e Medidas Mitigadoras de Empreendimentos da área de Energia e Planejamento Territorial, Geoprocessamento, Cartografia Histórica, História Ambiental e Navegação/Náutica.

Resumo:

O município de Paraty, localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, pelo cultivo da cana-de-açúcar e do café, transporte de ouro para embarque a Portugal e tráfico negreiro, através de sua via de ligação terrestre do litoral com a região de São Paulo e Minas Gerais. A partir de meados do Século XIX, Paraty entrou em um processo de estagnação econômica que só começou a ser revertido a partir de meados do Século XX. Foi elevada a Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945 e Monumento Nacional em 1966 e desde 2019 foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade - Cultura e Biodiversidade. Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos econômicos locais levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, situação essa que ainda podia ser evidenciada na década de 60 do Século XX. Com a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 no início dos anos 70, um verdadeiro boom turístico e populacional atingiu Paraty. A população passou de 9.360 habitantes em 1950 para 15.934 em 1970, chegando a aproximadamente 43.000 habitantes (2019). Concomitantemente, uma série de Unidades de Conservação foram criadas na região: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Estadual Paraty-Mirim, que em 1976 passa a ser denominado Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios, Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. A presença dessas Unidades de Conservação, faz com que o município de Paraty fosse fortemente regulada por normas e regras federais o que por vezes resulta em seu descumprimento em função da dificuldade de fiscalização e da disposição de parte da população local e de turistas de segunda residência em ocupar ilegalmente áreas

¹Mestre em Ciências em Planejamento Energético e Ambiental. E-mail: rpinaud@ufrj.br

protegidas e, principalmente, as não protegidas. O objetivo deste trabalho é mostrar, através de Cartografia Histórica, interpretação de fotografias aéreas pancromáticas na escala de 1:25.000, obtidas em 1965 pela USAF, fotografias de campo, que apesar da extensão das áreas protegidas legalmente e suas áreas adjacentes o que aumentou a extensão das áreas cobertas por florestas no município, o vetor de expansão urbana faz que a vegetação faz com que a vegetação seja progressivamente suprimida ao longo dos cursos dos rios e áreas adjacentes.

Palavras-chave: Acumulação por Espoliação. História da Juatinga – Paraty (RJ). Cartografia Histórica. Paisagem Histórica. História Ambiental

Abstract:

The municipality of Paraty, Brazil, located in the south of the state of Rio de Janeiro, had its economic heyday in the 17th and 18th centuries, through the cultivation of sugar cane and coffee, transport of gold for shipment to Portugal and the slave trade, through its land connection route from the coast to the region of São Paulo and Minas Gerais. From the mid-19th century onwards, Paraty entered a process of economic stagnation that only began to be reversed in the mid-20th century. It was elevated to Historic Monument of the State of Rio de Janeiro in 1945 and Brazilian National Monument in 1966, Brazilian Heritage Site in 1978 and since 2019 it has been recognized by UNESCO as a World Heritage Site - Culture and Biodiversity. Little described, the environmental impact of these local economic cycles led to the degradation of practically the entire forest cover of the municipality, a situation that could still be evidenced in the 60s of the 20th century. With the opening of the Rio-Santos stretch of the BR-101 highway in the early 1970s, a true tourist and population boom hit Paraty. The population increased from 9,360 inhabitants in 1950 to 15,934 in 1970, reaching approximately 43,000 inhabitants (2019). At the same time, a series of Conservation Units were created in the region: Serra da Bocaina National Park, Paraty-Mirim State Park, which in 1976 was renamed Paraty-Mirim State Leisure Area. Cairuçu Environmental Protection Area, Tamoios Ecological Station, Juatinga State Ecological Reserve. The presence of these Conservation Units means that the municipality of Paraty is strongly regulated by government norms and rules, which sometimes results in their non-compliance due to the difficulty of inspection and the willingness of part of the local population and second-home tourists. in illegally occupying protected areas and, mainly, unprotected ones. The objective of this work is to show, through Historical Cartography, the interpretation of panchromatic aerial photographs in the scale of 1:25,000, obtained in 1965 by the USAF, field photographs, that despite the extension of the legally protected areas and its adjacent areas, which increased the extent of areas covered by forests in the municipality, the vector of urban expansion causes the vegetation to be progressively suppressed along the courses of rivers and adjacent areas.

Keywords: Accumulation by Dispossession, History of Juatinga Region – Paraty, (RJ), Historical Cartography, Historic Landscape, Environmental History.

INTRODUÇÃO

Os mapas sempre estiveram, ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida

em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias (HARLEY, 1991, p. 5).

No Início do século XVII, Paraty já era descrita como uma pequena vila que, devido à sua localização estratégica possuiu importante posição como porto, inclusive escoando os ouro da coroa portuguesa de Minas Gerais para Portugal (MELLO, 2002, p. 06). Por essa época o caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a Serra do Mar, trecho conhecido como “Serra do Facão” era o único que existia ligando o Rio de Janeiro a zona aurífera recém-descoberta em Minas Gerais (SOUZA, 1994, p. 12) e também como rota alternativa e intensamente utilizada para se atingir a então Vila de Piratininga, atual São Paulo, por via terrestre. Com a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II, garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova ferrovia (SOUZA, 1994, p. 57).

De qualquer forma, a economia da cidade já havia entrado em colapso anteriormente e o movimento comercial na velha trilha guaianá já estava completamente abandonado. Os rios da cidade deixam de ter seus leitos limpos pela escravaria, tornando-se severamente assoreados e espraíam-se, transformando suas margens em grandes lodaçais onde impera a malária. Paraty passa a importar até o feijão, de que fora um dos maiores produtores. Começa um longo período de abandono e decadência. (RIBAS, 2003, p. 48).

Por um decreto datado de 30 de outubro de 1857, o conselheiro Antônio Nicolao Tolentino – então presidente da Província – determinou aos engenheiros Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer a organização de uma Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, impressa em 1863, na forma de litografia. Através da sobreposição da imagem da Carta de 1863 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps utilizando técnicas de Cartografia Histórica com o software QGIS, podemos observar com clareza as modificações no contorno da costa da cidade, seu traçado urbano à época e, principalmente, a utilização das margens e conformação da foz do Rio Perequê-Açú (Figura 1). Da mesma forma, utilizando as mesmas técnicas de cartografia histórica, mas sobre trechos do Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty, datadas de 1965, obtidas da Força Aérea Norte-Americana (USAF) (USAF/CPRM, 1965), também comparadas com a base de dados atualizada georreferenciada

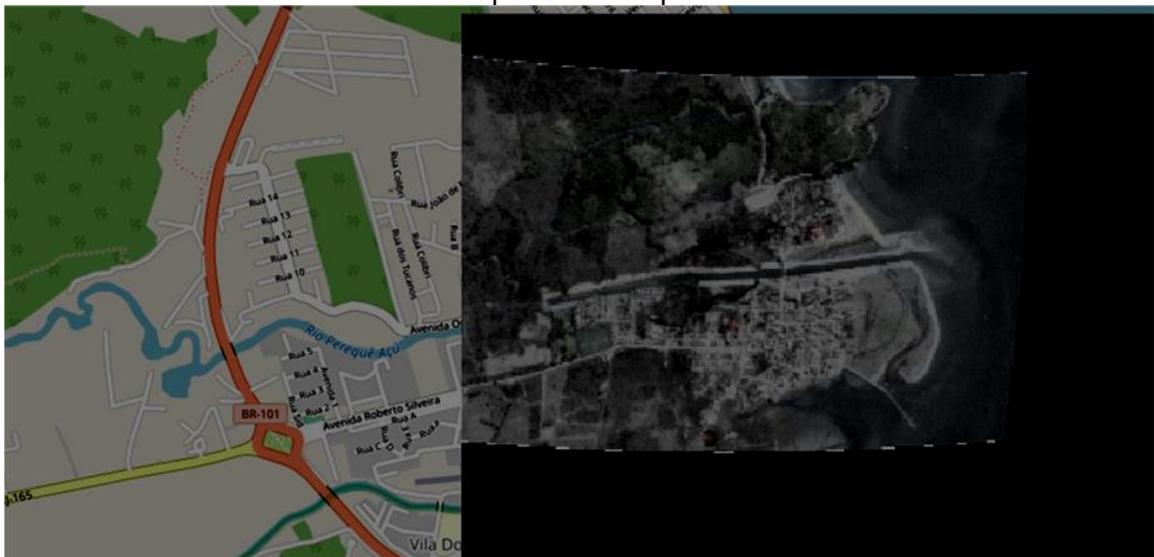
OpenStreetMaps, é possível verificar o traçado urbano em 1965 e sua evolução até os dias atuais, onde já se pode observar o então limite da retificação do rio Perequê-Açu naquela data e seu curso meândrico e sinuoso a montante (Figura 2).

Figura 1: Sobreposição da Carta Chorographica de 1963 com o atual tecido urbano da cidade de Paraty



Fonte: Elaboração própria do Autor

Figura 2: Sobreposição do trecho da sede municipal de Paraty obtida de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps



Fonte: Elaboração própria do Autor

Paraty ficou em um isolamento e esvaziamento econômico até aproximadamente 1950, com a abertura de uma precária estrada de terra subindo a Serra do Mar, em sua maior parte aproveitando o antigo Caminho do Ouro, ligando o município ao Vale do Paraíba no estado de São Paulo. Este isolamento de Paraty, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a conservação de um nicho particularmente muito bem preservado de uma cultura particular, material e imaterial e a disponibilização de toda uma paisagem natural em diversos estágios de alteração e conservação e baixíssima densidade demográfica, serviu como palco de uma sequência de acontecimentos que se constituíram em marcos históricos no desenvolvimento da região.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VETORES DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL

Construção da BR-101

Aberta ao tráfego em meados da década de 1970, o trecho conhecido como Rio-Santos da rodovia BR-101 foi fator determinante para o fim do isolamento de Paraty: Era uma via moderna de transporte rodoviário. Intensificou-se então a entrada de capital, principalmente estrangeiro, em todos os setores da economia da região, pressionando a população tradicional a abandonar suas terras de posses centenárias à força ou coagidas a assinar documentos de venda fraudulentos. (LHOTTE, 1982, p. 19). Após a venda de suas terras, boa parte da população tradicional caíçara mudou com suas famílias para a cidade de Paraty, e só encontraram guarida nos bairros periféricos ou na zona rural do município. Esse processo histórico era baseado no conceito de “Acumulação por Espoliação”, que consistia em:

“(...) mercadificação, e a privatização de terra e expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, em direitos exclusivos de propriedade privada (...), além de (...) isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo a terra para a corrente principal privatizada (HARVEY, 2004, p. 121-122).

Tal corrente principal privatizada, naquela época, em Paraty se constituiu em um exercício de força e que, em Paraty, teve como um de seus mais importantes vetores o conglomerado capitalista denominado “Atlantic Community Development Group for Latin America” – ADELA (DREIFUSS, 1987. p. 61). Nenhuma formação foi

mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial), que ocorria em meados da década de 50 e princípios da década de 60, que a ADELA:

A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações de um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil for New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). Tal conglomerado foi posto em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru. A organização consolidou-se no fim da década de 60 e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8 empresas do Brasil). A ADELA foi também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde ela opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimento para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais (DREIFUSS, 1987, p. 62).

A região da Juatinga como Alvo da Acumulação por Espoliação – o caso do Condomínio Laranjeiras

O que determinou o interesse dos conglomerados capitalistas transnacionais basicamente voltado para atividades industriais, como a ADELA, foram os terrenos e as praias da antiga “Fazenda Laranjeiras”, praticamente na divisa dos estados do Rio e São Paulo, próxima a praia de Trindade, contendo as praias das mais belas e ainda virtualmente desocupadas do litoral do Sudeste do Brasil em meados da década de 70 para a implantação de um condomínio de grande porte para clientes de altíssimo poder aquisitivo, o Condomínio Laranjeiras. Como ainda não havia sido criada a figura do EIA/RIMA no Brasil, que só seria exigido após 1986, com a Resolução CONAMA 06, uma grande transformação na paisagem foi efetuada, na época sem avaliação nem quantificação dos impactos ambientais e socioeconômicos.

Figura 3. Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando o terreno da Fazenda Laranjeiras e seu campo de pouso em 1965



Fonte: Trecho de Ortofoto Pancromática 1:25.000 USAF/CPRM

Figura 4. Condomínio Laranjeiras em 2018, ocupado por edificações de condôminos, principalmente ao redor da Marina implantada em meados da década de 70



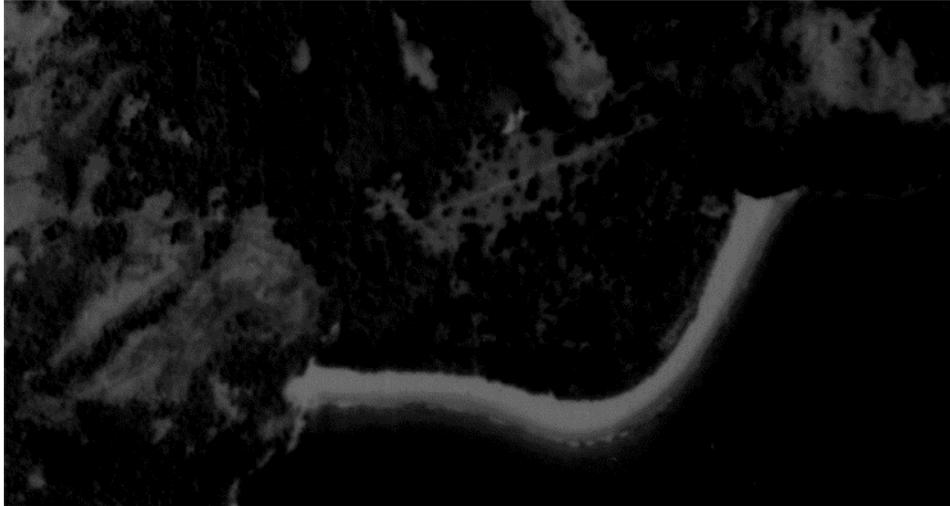
Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

Caso da Prainha de Mambucaba

A Prainha de Mambucaba, localizada às margens da rodovia BR-101, entre a estrada e o mar tanto em 1965 e 2004 encontrava-se praticamente intocada, sem ocupação humana consolidada. Constituía-se em uma das raras praias de perfil convexas da região, possuindo grande beleza cênica e uma muito bem preservada floresta entre o cordão arenoso e a BR-101. Entretanto, a partir dos anos de 2004/2005, houve invasão desse território por pessoas, que cercaram, impediram o acesso da população em geral e deram início a supressão vegetal e parcelamento do

terreno ao arripio do Poder Público nas esferas Municipal, e Federa. A partir de então, a área foi intensa e progressivamente invadida e edificada, suprimindo a cobertura vegetal até a margem dos corpos hídricos e parcelamento irregular do solo. É atribuído localmente a uma organização paraestatal, difusa e espúria denominada genericamente de “Milícia” (ALERJ, 2008, p. 34-35), responsável pela invasão, apropriação, parcelamento irregular e o embrião para ocupação original que teve um crescimento extremamente rápido em um curto espaço de tempo, de tal forma que em menos de 15 anos uma área absolutamente preservada junto à Prainha de Mambucaba foi completamente edificada e antropizada e somente anos depois a Prefeitura iniciou o cadastramento das edificações já existentes no Cadastro Municipal, regularizou a coleta de lixo, dentre outros serviços, que em nada freiam seu crescimento e/ou adensamento urbano e aumento das casas existentes. Constitui-se em um problema não somente ambiental mas de desenvolvimento urbano e uso e ocupação do solo.

Figura 5. Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando a região da Prainha de Mambucaba em 1965



Fonte: Trecho de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 USAF/CPRM

Figura 6. Prainha de Mambucaba em 2004



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

Figura 7. Prainha de Mambucaba - Recorte de imagem do satélite Landsat5, datada de 2009, já com registros de ocupação por edificações



Fonte: Sistema de Informações Geográficas (GIS) da Prefeitura Municipal de Paraty, acesso em 02/04/2022 (www.paraty.rj.gov.br)

Figura 8. Prainha de Mambucaba 2020, com antropização quase completa



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2022

O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY

Com 81,91% do seu território inserido em Unidades de Conservação (UC's), no ano de 2017, o município de Paraty apresenta um ativo ambiental expressivo (FERREIRA e GUERRA, 2014, p. 857) onde estão sobrepostos ao município de Paraty o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios, Reserva Biológica de Tamoios, Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), e a APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamangá. Todas essas Unidades de Conservação, com as vedações de uso da terra preconizadas em seus respectivos Planos de Manejo, tiveram papel preponderante na função em proteger os ecossistemas existentes no município de Paraty, garantindo a preservação e recuperação de grande parte da paisagem natural do município.

A Recuperação da Cobertura Florestal do Município de Paraty

Em 2007, em mapeamento elaborado pela então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, foi levantado que mais de 88% da área apresentava uso de Floresta, enquanto apenas 9,13% era destinado a atividades

antrópicas – ocupações urbanas de média e baixa densidade e pastagens. Já para o ano de 2012, o uso de Floresta superou 90% (FERREIRA, 2016, p. 37).

Pode-se afirmar que as encostas de praticamente todo o município de Paraty, principalmente aquelas localizadas nas regiões correspondentes a Unidades de Conservação, permaneceram sem intervenção humana desde a década de 60 do século XX. Cessou praticamente a agricultura, exceto a de subsistência caiçara e a agricultura familiar, pontual e não impactante. Através da comparação de fotos atuais de uso e ocupação do solo com fotos antigas da região, principalmente com as ortofotos pancromáticas na escala 1:25.000 oriundas do levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte Americana (USAF), realizado em 1965, onde fica evidente a regeneração florestal em grandes áreas do município de Paraty, abrangendo o recorte de tempo 1965 – 2020, principalmente na região da Juatinga, paralelamente a todos os processos de acumulação por espoliação ocorridos, bem como em outras regiões do município.

Considerações Finais

Além da ação dos Órgãos Governamentais de Proteção ao Patrimônio Histórico e dos Órgãos Ambientais INEA e ICMBIO, a recuperação da cobertura florestal das encostas de Paraty também se deu pela vedação de seu uso por parte de seu ocupante tradicional, a população caiçara, pelo “medo” que os conglomerados capitalistas e sua grilagem associada impunham à população como parte do processo de acumulação por espoliação no município de Paraty, resultando em latifúndios improdutivos, resultado das antigas áreas de cultivo de cana de açúcar, café e banana, cercados pelos remanescentes de floresta. Estes três fatores em conjunto permitiram que a própria natureza fizesse seu papel, com as florestas se regenerando naturalmente em áreas antes desflorestadas, principalmente nas encostas do município. Podemos considerar que a Acumulação por Espoliação, apesar de todo o impacto socioambiental provocado, algo abjeto e cujos impactos negativos se refletem até os dias de hoje no município, foi um dos vetores da conservação das paisagens do município de Paraty. Ressalta-se que apesar do ganho ambiental em termos de regeneração vegetal e florestal, na região da Juatinga a aplicação da legislação ambiental também acarretou impactos socioambientais que ainda perduram nos dias de hoje e ainda estão longe de serem solucionados.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ. *RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (RESOLUÇÃO Nº 433/2008). 282p

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, 814p, 5a edição, Editora Vozes, 1987.

FERREIRA, Stella Mendes. *Efetividade da Legislação Ambiental para a Conservação das Paisagens de Paraty (RJ)*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia/ UFRJ, 2016

FERREIRA, Stella e GUERRA, Antonio José Teixeira. *A Lei 12.651/2012 e seus Impactos sobre as Áreas Destinadas à Preservação no Município de Paraty (RJ - Brasil)*. In: Anais do IV Simposio Iberoamericano de Geografía Física. Santiago, Chile. Eje 3 – Planificación y gestión para enfrentar los desastres naturales, p. 853 – 862, 2014

GOOGLE. *Google Earth website* (earth.google.com)), acesso em 09/01/2022

HARLEY, J. B. A nova história da Cartografia. O Correio da Unesco, São Paulo, Unesco, ano 19, nº 8, p. 5, ago. 1991.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 201p, 2004

LHOTTE, Christine. *Trindade para os trindadeiros*. Tese (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

MELLO, Diuner. *Paraty – Roteiro do Visitante*. Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 29P, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. *Sistema de Informações Geográficas* (www.pmparaty.rj.gov.br), acessado em 02/04/2022

RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Contest Produções Culturais, Paraty, 143p, 2003

SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty: a cidade e as festas*. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 84p., 1994.

USAF/CPRM. *Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty*. Datadas de 1965. Arquivo do Autor

Capítulo 3

**FREIRE E MALAGUZZI: DIÁLOGOS E
POSSIBILIDADES EDUCATIVAS COM AS
INFÂNCIAS**

Delcio Antônio Agliardi

Patrícia Giuriatti

FREIRE E MALAGUZZI: DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS COM AS INFÂNCIAS

Delcio Antônio Agliardi

Doutor em Letras. Mestre em Educação.

Especialista em Direito da Criança e professor da Universidade de Caxias do Sul. Cofundador do Grupo de Observação e Investigação Cultura da Infância.

Patrícia Giuriatti

Mestre em Educação. Professora da Educação

Básica. Fundadora e coordenadora do Grupo de Observação e Investigação Cultura da Infância.

RESUMO: Este artigo resulta de estudo e investigação acerca da obra freireana e suas aproximações com a abordagem malaguzziana para pensar os cenários educativos para a(s) infância(s), especialmente o que envolve a ressignificação de uma docência para crianças pequenas. Esta docência inspira-se em três saberes necessários à prática educativa apresentados por Freire na obra *Pedagogia da Autonomia* (2014), os quais dialogam com os princípios de Malaguzzi, sendo eles: pesquisa; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo. Para tecer esse texto, apresentamos a relação de Freire com a infância; as aproximações entre dois educadores e teóricos (Freire e Malaguzzi); o cenário educativo para a(s) infância(s) no século XXI e a ressignificação da docência de crianças pequenas. O método descritivo se entrelaça com a pesquisa qualitativa para produzir evidências da construção da educação democrática e humanizadora, a qual ancora-se nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança em diálogo com o fazer do professor, no compromisso político de combater à mercantilização da educação e no aligeiramento dos processos educativos.

Palavras-chave: Infância(s); Freire; Malaguzzi; Prática educativa.

INTRODUÇÃO

Este artigo estabelece interlocução entre o pensamento de Freire e de Malaguzzi para pensar a educação com as infâncias, de modo especial das crianças

atendidas na Educação Infantil. É fruto de pesquisas, de leituras e estudo que fazemos para pensar a educação na contemporaneidade.

As aproximações e os diálogos entre esses dois autores apresentam uma potencialidade teórica latente, isto é, ambos defendiam a radical democracia na educação, a historicidade dos processos educativos, as relações entre as pessoas e o mundo e a importância de uma práxis educativa transformadora. Para Freire (2011, p. 107), “não há palavra verdadeira que não seja práxis”. Tal concepção também era vivida pelo italiano Malaguzzi, em seus diálogos com os educadores das escolas, defendendo a relação entre a teoria e a prática, ou seja, ajustando a palavra com a ação e assumindo também o caráter político da educação.

Freire e Malaguzzi não dicotomizam o mundo objetivo do mundo subjetivo. Entendem que a subjetividade é o que constitui o sujeito, seu percurso de vida, a sua história (sentimentos, emoções, experiências etc.), é o que revela, ou seja, representa o lugar social que a criança ocupa, a qual está vinculada com uma concepção de humano. É pela subjetividade que o trabalho coletivo acontece. A relação com o outro se torna possível à medida que o sujeito abre um espaço interno para o outro e, ao fazê-lo, coloca-se disponível ao diálogo.

Uma práxis feita no âmbito de uma pedagogia rigorosa, criativa, comprometida e, portanto, exigente, busca na inspiração em Freire e Malaguzzi uma imagem de criança potente desde seu nascimento, capaz de se relacionar com o mundo fazendo uso de múltiplas linguagens. A criança compreendida como sujeito curioso, ativo, participativo, que interroga o mundo já habitado pelo adulto, que investiga e cria teorias provisórias sobre as coisas que lhe afeta. Ambos os intelectuais também defendem uma ideia de docente protagonista, autoral, pesquisador da própria prática. Um adulto capaz de gerar o encantamento e maravilhamento necessário para nutrir a curiosidade espontânea da criança.

Para Freire (2014, p. 30-31) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Diz ainda: “Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” Esse modo de conceber a si mesmo e de colocar-se profissionalmente no mundo nos remete à abordagem malaguzziana, cuja pedagogia pensada e praticada “implica uma ação de autoria, sem separar o trabalho manual do intelectual, em que todos projetam e executam” (FARIA, 2007, p. 283).

Em *Pedagogia da Autonomia* (2014), Freire refere-se à ética e à estética como sendo a “decência e boniteza de mãos dadas”. Diz ele: “Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser” (FREIRE, 2014, p. 34). Não é possível pensar uma experiência educativa comprometida com a formação do sujeito sem vincular com o desenvolvimento da criticidade.

Para Malaguzzi, a dimensão ética significa considerar que o ato de educar implica na ampliação de oportunidades possíveis, ou seja, explorar o mesmo elemento com novos pontos de vista. Da dimensão estética, decorrem três princípios: (1) a escola é um ambiente estético habitável; (2) construir uma pedagogia é sonhar com a beleza e com o insólito; (3) educar supõe desenvolver a capacidade narrativa da sedução estética (HOYUELOS, 2013). A estética, nessa perspectiva, é entendida como uma estrutura filosófica que faz pensar. Em grego, a *esthesis* significa dar/criar sentido. Com isso rompe a ideia de estético vinculado ao bonito ou feio, abandona o julgamento e dá espaço para a interpretação, vinculando-se ao sujeito, ao seu modo de pensar e escolher. Cria sentido sobre que humano somos e que humanos queremos ser.

Pelo viés da estética, da ética e da política, pois são três dimensões interdependentes, nos aproximamos do terceiro princípio necessário à educação, seja no cotidiano escolar ou não escolar: a corporificação das palavras pelo exemplo. “Pensar certo é fazer certo. (...) Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal” (FREIRE, 2014, p. 35). A coerência entre a palavra e a ação ancora-se em uma dimensão política que, segundo Malaguzzi, está sustentada em três ideias: (1) a pedagogia sempre é política. Política e pedagogia estabelecem uma relação de caráter cultural e social; (2) a escola e a educação são aspectos fundamentais de transformação social; (3) a participação e a gestão social são formas de intervenção política da escola na cidade e da cidade na escola.

1 Ler Freire para conhecê-lo menino e nele encontrar a infância

Eu acho que uma das coisas melhores que eu tenho feito na minha vida, melhor do que os livros que eu escrevi, foi não deixar morrer o menino que eu não pude ser e o menino que eu fui, em mim. [...] sexagenário, tenho sete anos; sexagenário, eu tenho quinze anos; sexagenário, amo a onda do mar, adoro ver a neve caindo, parece até alienação (FREIRE, 2001, p. 101).

Tomamos a epígrafe acima como mote para refletir acerca das memórias de infância, as quais se prolongam no percurso da existência humana. Freire tinha todas as idades em uma mesma idade. Além disso, mantinha viva a curiosidade e o maravilhamento pelas coisas do mundo, as quais fazem sentido com a vida, características do menino que também revelam seu olhar sobre a criança. Ao narrar suas experiências de vida, e como elas foram o afetando e o constituindo profissionalmente, nos revela suas memórias de infância.

Estabelecer uma relação de Freire com a educação para a infância no século XXI é mantê-lo vivo, considerando as permanências de seu pensamento e, a partir dele, ser resistência e força para a mudança, rompendo com aquilo que não cabe no e para os cenários educativos neste século, como, por exemplo: prática educativa adultocêntrica, invisibilidade do protagonismo infantil e escolarização da infância.

Buscamos em *Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e minha práxis* (2013) os fios da tessitura inicial, pois, ainda que Freire não tenha escrito diretamente para a infância, ele toma a própria infância como mote para sua produção intelectual, destacada e reconhecida ao longo de seu percurso profissional. Nela, Freire narra os percursos de vida pessoal, materializando suas memórias pela palavra, provocando inquietações acerca de alguns elementos que permeiam a educação na contemporaneidade: equidade (oportunar a todos o mesmo ponto de partida), participação (como direito e princípio da democracia), autoria (colocar-se como sujeito autor da própria história e, portanto gerador de mudança e transformação) e problematização do cotidiano (grande currículo da infância, pois é onde a vida acontece).

As lembranças da criança, manifestas pelo adulto, revelam parte de uma história de vida de um sujeito que, embora integrante de uma família de classe média, viveu, entre outras, a experiência da fome durante a infância e, portanto, sabe da dificuldade de aprender quando as condições mínimas lhe são negadas.

Quantas crianças brasileiras ainda vivem essa experiência e, assim como Paulo, olham para as palavras escritas “como se fossem pedaços de comida” (FREIRE, 2013, p. 44), vivem seu cotidiano sendo *meninos/homens antecipados* que se preocupam com a sobrevivência da família? Um tempo de infância marcado pelo brincar e pela angústia em conseguir um alimento para mais um dia de sobrevivência.

Um tempo de interrupção? Uma infância interrompida? Interrompida por quem? Em benefício de quem?

“Às vezes a interrupção é uma guerra, um exílio, uma bomba. Outras vezes ocorre sob forma da fome, da miséria, do abandono”, diz Skliar (2014, p. 168). Paulo viveu a fome. Freire viveu o exílio. A criança no adulto não lhe permite esquecer a própria origem e o adulto, ao olhar para a criança que foi, olha também para o seu passado com o propósito de compreendê-lo, ciente de que a mudança só pode ser feita no momento presente-futuro.

Em 1991, três anos antes de escrever *Cartas a Cristina*, Freire publica o livro *A educação na cidade*, compartilhando sua experiência como secretário de Educação de São Paulo. Uma das questões que ele vai discutir nesta obra, como gestor da política educacional, envolve o “saber de experiência feito”, chamando a atenção para as desigualdades de experiências entre a criança da classe popular da criança de outras classes, problematização que de alguma forma permeia as produções escritas durante o tempo do exílio, entre elas *Pedagogia do Oprimido*.

Esse aspecto também é abordado por ele no diálogo com sua sobrinha Cristina, uma espécie de fio condutor entre o que viveu e o que pensa enquanto educador. Acreditava que “as dificuldades referidas diminuiriam se a escola levasse em consideração a cultura dos oprimidos, sua linguagem, sua forma eficiente de fazer contas” (FREIRE, 2013, p. 46). Sobre a sua experiência enquanto criança, ele relata:

O que sei é que, se foi difícil resolver, na escola, certos problemas de aritmética, nenhuma dificuldade tive em aprender a calcular o tempo necessário para que as bananas amadurecessem em função do momento de maturação em que se encontravam quando as “agasalhávamos” em nossos secretos esconderijos (FREIRE, 2013, p. 49).

O excerto acima evidencia as fragilidades da escola em relação ao currículo que desenvolve, o qual, na maioria das vezes, está descolado do cotidiano da criança ou nas palavras de Freire, não consideram os “saberes de experiência feito”. Preocupante é pensarmos que essa problemática ainda se aplica em tempos atuais, quando professoras ainda possuem dificuldades de compreender o cotidiano da criança como o currículo a ser desenvolvido.

Esse movimento entre as memórias de infância e o adulto vão explicitando as questões que afetam a infância, que são conhecidas por Freire não pelo discurso da

palavra, mas pela experiência de vida. Em sua infância, em que transitava entre os dois mundos, diz ele:

(...) éramos “meninos conectivos”. Participando do mundo dos que comiam, mesmo que comêssemos pouco, participávamos também do mundo dos que não comiam, mesmo que comêssemos mais do que eles – o mundo dos meninos dos córregos, dos mocambos, dos morros. Ao primeiro estávamos ligados por nossa posição de classe; ao segundo, por nossa fome, embora as nossas dificuldades fossem menores que as deles, bastante menores (FREIRE, 2013, p. 51).

Sua preocupação com as crianças e a educação para a infância, mesmo não sendo o foco de seus estudos primeiros, permeia seu legado. Ao assumir a Secretaria de Educação, compromete-se com a mudança dos espaços educativos, incluindo os de educação infantil, com o desejo de “ir transformando as escolas em centros de criatividade, em que se ensina e se aprende com alegria” (FREIRE, 2006, p. 33). Defendia um projeto pedagógico que tornasse possível uma escola pública competente, permeada pelo respeito à condição, à cultura, à linguagem do(s) sujeito(s) nela envolvida (FREIRE, 2006). Tinha consciência que, estar sendo assim, não significava estar aprisionado com aquele modo de ser. Por isso, dizia:

(...) voltar-me, de vez em quando, sobre a infância remota, é um ato de curiosidade necessário. Ao fazê-lo, tomo distância dela, objetivando-a, procurando a razão de ser dos fatos em que me envolvi e suas relações com a realidade social de que participei. Nesse sentido é que a continuidade entre o menino de ontem e o homem de hoje se clarifica no esforço reflexivo que o homem de hoje exerce no sentido de compreender as formas como o menino de ontem, em suas relações no interior de sua família como na escola ou nas ruas, viveu a sua realidade (FREIRE, 2013, p. 42-43).

As narrativas de Freire adulto sobre a sua infância nos ajudam a pensar as questões que permeiam a constituição do humano, as subjetividades da criança, a forma como ela lê o mundo e como essa leitura permeia e afeta a sua vida. Segundo Skliar (2014, p. 164), “a infância é a memória da infância”. Deste modo, as narrativas de Freire adulto sobre a sua infância nos ajudam a pensar as subjetividades da criança, a forma como ela lê o mundo e como essa leitura permeia e afeta a sua vida.

2 Freire e Malaguzzi em diálogo

A perspectiva do diálogo e da escuta, que pautam a educação democrática e participativa, é um ponto de interlocução teórica entre esses dois intelectuais. Ambos

defendem que a educação deve ser realizada “com a pessoa” (criança, professor, família, comunidade). Ao pensar a educação italiana, Malaguzzi defendia a equidade, ciente que uma educação para todos não representaria as mesmas coisas para as diferentes realidades, mas a defesa de oportunidades iguais a todos.

Assim como Freire, Malaguzzi também viveu a experiência de atuar como gestor em Reggio Emilia, após seu trabalho nas cidades de Villa Cella e Modena, no período em que “todo o norte da Itália estava sendo governado pela esquerda, travando uma luta por creches com o movimento feminista e as três centrais sindicais. Avançar com práticas socialistas – inclusive (ou principalmente) na educação – fazia parte dos projetos e das utopias da época” (FARIA, 2007, p. 277-278). Nesse contexto, diz o educador italiano: “Talvez seja esta a razão pela qual estou ainda procurando, para os outros e para mim, os bons e importantes anos da infância” (AMBECK-MADSEN, 1992, p. 17)².

Esse ir e vir entre as memórias dos educadores aqui referenciados e as respectivas relações entre a vida e a obra vão possibilitando os entrelaçamentos dessa tessitura que emergem das narrativas e dos diálogos e, assim sendo, da palavra. Para Freire (2011, p. 107), “não há palavra verdadeira que não seja práxis”³. Tal concepção também era vivida pelo italiano em seus diálogos com os educadores das escolas, defendendo a relação entre a teoria e a prática, ou, dito de outra forma, ajustando a palavra com a ação e assumindo também o caráter político da educação.

Para Freire, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (2014, p. 28). Freire e Malaguzzi defendiam que a escola deveria ser um espaço de prazer e alegria, onde o ato de educar fosse vinculado à esperança em defesa de um projeto humanizador; em que a presença criativa, curiosa, instigante e inquieta do adulto e da criança, tornasse real o direito de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

O cenário educativo contemporâneo para a infância é permeado por novas políticas educacionais. Entre elas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

² Referência utilizada nos registros de Faria (2007).

³A práxis implica a teoria como um conjunto de ideias capazes de interpretar um dado fenômeno ou momento histórico, que, num segundo momento, leva um novo enunciado, em que o sujeito diz a sua palavra sobre o mundo e passa a agir para transformar esta mesma realidade. É uma síntese entre teoria-palavra e ação. ROSSATO, Ricardo. “Práxis”. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs). Dicionário Paulo Freire. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Educação Infantil (DCNEI/2010), com a defesa do binômio “educar e cuidar”; a alteração do texto da LDB (1996) em 2013, que institui a obrigatoriedade da educação aos 4 anos de idade; e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (2017), quando, pela primeira vez na história da educação brasileira, define-se uma base comum para a educação infantil. Os documentos legais e mandatários provocam discussões, contradições, tensionamentos e disputas sobre o currículo para crianças de 0 a 6 anos de idade.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, são marcos legais brasileiros que influenciam as políticas educativas para a(s) infância(s), e se constituem em arcabouços jurídicos para a ressignificação da docência de crianças pequenas, pois os textos trazem concepções que afetam a prática pedagógica, a exemplo das DCNEI, que apresentam uma imagem de criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Ao narrar elementos da história de ambos educadores e teóricos, reitera-se o reconhecimento da historicidade do sujeito e, portanto, da criança. Freire e Malaguzzi não dicotomizam o mundo objetivo do mundo subjetivo. Entendem que a subjetividade é o que constitui o sujeito, seu percurso de vida, a sua história (sentimentos, emoções, experiências etc.), é o que revela, ou seja, representa o lugar social que a criança ocupa, a qual está vinculada com uma concepção de humano.

É a partir da subjetividade que o trabalho coletivo acontece. A relação com o outro se torna possível à medida que o sujeito abre um espaço interno para o outro entrar e, ao fazê-lo, coloca-se disponível a escuta e ao diálogo. Um trabalho feito com uma pedagogia rigorosa, criativa, comprometida e, portanto, exigente, busca na inspiração em Freire e Malaguzzi uma imagem de criança potente desde seu nascimento, capaz de comunicar-se com o mundo fazendo uso de múltiplas linguagens, que respeitam sua forma de pensar, agir e sentir o mundo a qual acontece com inteireza e presença.

Nesse sentido, entendemos que a ressignificação da docência na perspectiva freireana e malaguzziana permeiam a articulação de alguns saberes necessários à

prática educativa, em especial (1) a pesquisa enquanto princípio educativo; (2) a postura ética e estética; (3) a corporificação das palavras pelo exemplo.

Uma das frases que facilmente nos remetem a Freire (2014, p. 30-31) é *não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino*. Diz ainda: “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” Esse modo de conceber a si mesmo e de colocar-se profissionalmente no mundo nos remete à abordagem malaguzziana, cuja pedagogia pensada e praticada “implica uma ação de autoria, sem separar o trabalho manual do intelectual, em que todos projetam e executam” (FARIA, 2007, p. 283).

A experiência educativa italiana, no qual a Base Nacional Comum Curricular (2017) para a Educação Infantil brasileira está inspirada, pautou-se em processos de sistematização e problematização da prática vinculados à postura investigativa do adulto em diálogo e escuta da criança e da família, cujos processos autorais legitimam os saberes e as experiências educativas das crianças as quais tem lugar de acontecimento no cotidiano vivido na escola.

O arranjo curricular da Educação Infantil, com a aprovação da BNCC, passa ser constituído por campos de experiência. O documento da Base amplia algumas definições contempladas nas DCNEI, bem como reafirma outras; por exemplo, a centralidade da criança no processo educativo levando em consideração os princípios éticos, estéticos e políticos definidos nas diretrizes.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire refere-se à ética e à estética como sendo a “decência e boniteza de mãos dadas”. Diz ele: “Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser” (FREIRE, 2014, p. 34). Não é possível pensar uma experiência educativa comprometida com a formação do sujeito sem vincular com o desenvolvimento de uma criticidade.

Para Malaguzzi, a dimensão ética significa considerar que o ato de educar implica na ampliação do número de possibilidades possíveis, ou seja, explorar o mesmo elemento com novos pontos de vista. Da dimensão estética, decorrem três princípios: (1) a escola é um ambiente estético habitável; (2) construir uma pedagogia é sonhar com a beleza e com o insólito; (3) educar supõe desenvolver a capacidade narrativa da sedução estética (HOYUELOS, 2013).

Um professor comprometido com a ética e a estética tem condições de assegurar que a escola se torne um espaço de encontro e comunicação. Um lugar dinâmico, qualificado e aberto às múltiplas possibilidades de atuação humana, onde a inventividade e a criatividade da criança reverberem. A estética, na perspectiva malaguzziana, é entendida como uma estrutura filosófica que faz pensar. Em grego, *aesthesis* significa dar/criar sentido. Com isso rompe a ideia de estético vinculado ao bonito ou feio, abandona o julgamento e dá espaço para a interpretação, vinculando-se ao sujeito, ao seu modo de pensar e escolher. Cria sentido sobre que humano somos e que humanos queremos ser.

Pelo viés da estética, da ética e da política, pois são três dimensões interdependentes, nos aproximamos do terceiro saber necessário à prática docente: a corporificação das palavras pelo exemplo. “Pensar certo é fazer certo. (...) Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal” (FREIRE, 2014, p. 35). A coerência entre a palavra e a ação ancora-se em uma dimensão política que, segundo Malaguzzi, está sustentada em três princípios: (1) a pedagogia sempre é política. Política e pedagogia estabelecem uma relação de caráter cultural e social; (2) a escola e a educação são aspectos fundamentais de transformação social; (3) a participação e a gestão social são formas de intervenção política da escola na cidade e da cidade na escola.

Ao defender a criticidade no ato de educar, defende-se uma possibilidade de mudança social. Do ponto de vista deste estudo, implica em pensarmos professoras capazes de proteger e garantir que a escola para a infância não seja um espaço de escolarização antecipada, pois isso resultaria em uma interrupção da própria infância, interrompendo um tempo que não voltará mais.

Considerações finais

O estudo realizado e os diálogos aqui estabelecidos devem ser tomados como um exercício inicial para aproximar o pensamento e a atitude educativa que estão presentes nas obras de Freire e Malaguzzi. Destacamos o caráter ético, estético e político da educação, os quais aparecem em relevo no pensar freireano e malaguzziano, dois educadores comprometidos com a vida e a transformação dos sujeitos em processo educativo.

Percebemos que o contexto em que eles viveram, embora distante um do outro, apresentavam características parecidas em temas de exclusão, opressão e alienação na educação com as crianças. Em resposta a tudo isso, Freire e Malaguzzi escolheram escutar as vozes dos sujeitos e dialogar com eles como forma de construir um modo de cuidar e educar de crianças onde todos os envolvidos tenham espaço para a manifestação de sua potência e, portanto, possibilidade de escolha, decisão e participação ativa. Na contemporaneidade, tais características podem ser associadas a pedagogia das infâncias.

Referimos neste artigo uma compreensão abrangente de educação em que as pedagogias das infâncias adquirem um status próprio, o qual vincula-se à singularidade e a complexidade do ser criança. Trata-se de acolher e educar a criança com lentes sensíveis e responsabilidade individual e coletiva. Ouvir as vozes infantis é uma atitude docente que revela o compromisso educativo alinhado aos princípios neste texto explicitados, que assegura o direito da criança pensar, interpretar, questionar, agir no mundo produzindo cultura infantil e assim, “construindo para si mesma as razões, os ‘porquês’, os significados das coisas, dos outros, da natureza, dos acontecimentos, da realidade e da vida” (RINALDI, 2012, p. 30).

A mercantilização da educação, o aligeiramento dos processos educativos, a busca desenfreada por uma preparação para o futuro, nos provoca a resgatar aspectos aqui apresentados como um compromisso político com a educação para as infâncias. A identificação com Malaguzzi e Freire emerge desse anseio por uma educação verdadeiramente democrática, participativa e humanizadora, na crença dos direitos de todos os cidadãos.

Por fim, reconhecemos as fragilidades que afetam a escola, ainda assim ela é um espaço protetivo, um lugar onde a criança tem a possibilidade de conhecer outros destinos à medida que ela se relaciona com outras pessoas. A possibilidade de um encontro afetá-la, a perspectiva de outra narrativa sobre quem ela é, torna-se esperança. Fortalece a indignação diante da opressão. A mudança não é simples, vem cheia de contradições, inúmeros obstáculos, implica avanços e recuos, mas é também, em cada criança, uma vida, uma possibilidade de que a transformação é possível.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 7 mar. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 2 abr. 2017.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Loris Malaguzzi e os direitos das crianças pequenas. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (org). Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Dialogando com a própria história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.

HOYUELOS, Alfredo. La ética em el pensamiento y obra pedagógica de Loris Malaguzzi. 3. ed. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2013.

SKLIAR, Carlos. Desobedecer a linguagem: Educar. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Capítulo 4

**EROSÃO E DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS NA
ORLA COSTEIRA DO MUNICÍPIO DE
SAQUAREMA – RJ**

*Ana Lucia de Souza Gomes dos Santos
João Wagner de Alencar Castro*

EROSÃO E DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS NA ORLA COSTEIRA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA – RJ

Ana Lucia de Souza Gomes dos Santos

*Professora docente de Geografia na Secretaria de Estado e Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Especialista em Geologia do Quaternário – MN/UFRJ -
anasantosgeo@gmail.com*

João Wagner de Alencar Castro

*Professor Titular do Departamento de Geologia - IGEO/UFRJ. Coordenador do Laboratório de Geologia Costeira, Sedimentologia & Meio Ambiente do Departamento de Geologia & Paleontologia do Museu Nacional UFRJ -
castro@mn.ufrj.br*

RESUMO

A erosão costeira é um fenômeno natural resultante de mecanismos decorrentes da sobrelevação do nível do mar, mudanças climáticas, dinâmica de circulação costeira e ausência de aporte sedimentar. A ação de ondas de tempestades e as intervenções antrópicas aceleram ainda mais esse processo através da urbanização, a exemplo do município de Saquarema - RJ, que apresentou grande crescimento e ocupação urbana nas últimas quatro décadas. Assim, este estudo visa contribuir para o entendimento dos processos geológicos nas variações de linha de costa do arco praiial Jacomé-Saquarema, no período compreendido entre 1976 e 2018. Para isso, utilizou-se ferramentas de geoprocessamento, como os *softwares* DSAS 4.3 e ArcGIS 10.3, complementadas pela interpretação de fotografias aéreas do Departamento de Recursos Minerais (DRM) e imagens satélites, com o intuito de atualizar e aprimorar os conhecimentos sobre o processo geológico atuante nesse recorte costeiro do sudeste brasileiro, possibilitando o cálculo de taxas de erosão costeira e acreção de sedimentos. A utilização deste método tornou possível realizar cálculos estatísticos de variação de linha de costa que permitiram constatar uma orientação naturalmente preferencial de transporte dos sedimentos de oeste para leste. No segmento leste pôde-se observar uma maior tendência à erosão ao passo que o segmento oeste encontrou-se em situação estável. O arco praiial como um todo apresentou taxa média de erosão em EPR de -0,05 m/ano e estoque sedimentar em LRR de 0,48 m/ano, representando uma situação de frágil estabilidade sedimentar, na medida em que os resultados apontam perdas volumétricas (erosão) em RPR de -2,09 m e recuo da linha de praia na ordem de 20,01 m em LRR, apurando-se este total durante o intervalo amostral estudado de 42 anos. Verificou-se que esse processo natural de retrabalhamento dos sedimentos afeta diretamente a ocupação urbana na região, devido à fragilidade geológica local.

Palavras-chave: Erosão costeira em Saquarema, Linha de costa, Geoprocessamento, software *Digital Shoreline Analysis System* (DSAS 4.3).

ABSTRACT

Coastal erosion is a phenomenon resulting from the natural reduction of sea level rise, climate change, coastal circulation dynamics and the absence of sediment input. The action of storm waves and how anthropic interventions further accelerate this process through urbanization, as the municipality of Saquarema, RJ, that has shown great growth and urban occupation over the last four decades. Thus, this study aims to contribute to the understanding of geological processes in the variations of the coastline of Jacomé-Saquarema beach arc, in the period between 1976 and 2018. For this, the use of geoprocessing tools, such as the software DSAS 4.3 and ArcGIS 10.3, complemented by the interpretation of aerial photographs from the Department of Mineral Resources (DRM) collection, and satellite images, to update and improve knowledge about the geological process acting in this coastal section of southeastern Brazil, enabling the calculation of rates of coastal erosion, and accretion of sediments. It made possible to perform statistical calculations of the variation of the coastline, which allowed to verify a preferential orientation of sediment transport from west to east. In the eastern segment, a greater tendency to erosion was found, while the western segment was found to be in a stable situation. The beach arch presented an average erosion rate in EPR of -0.05 m / year and sedimentary stock in LRR of 0.48 m / year, representing a situation of fragile sedimentary stability, as the results point to losses (erosion) in RPR of -2.09 m and retreat of the beach line in the order of 20.01 m in LRR, this total being calculated during the studied sampling interval of 42 years. It was found that this natural process of sediment rework directly affects the urban occupation in the region, due to local geological fragility.

Keywords: Saquarema Coastal erosion, Coast line, Geoprocessing, Digital Shoreline Analysis System (DSAS 4.3).

1 – INTRODUÇÃO

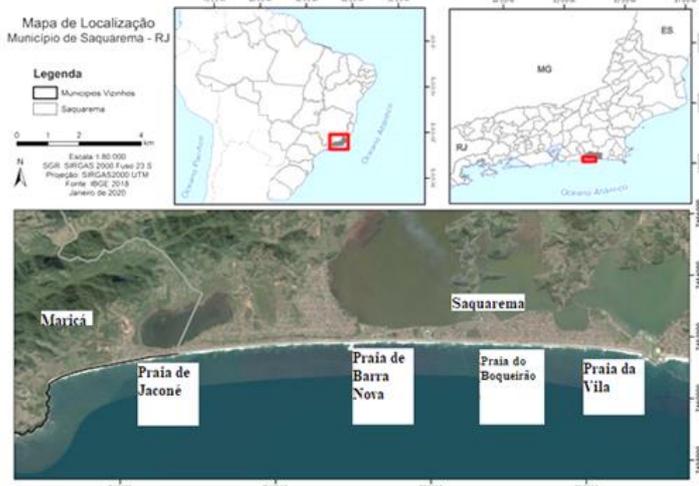
A erosão costeira é um processo geológico causado pela energia de abrasão devido às marés e ondas, no qual os materiais são soltos, dissolvidos ou desgastados, e conseqüentemente movidos de um local para outro pelos agentes naturais (Luís *et al.*, 2008). Souza (1997 e 2001) e Souza & Suguio (2003), ressaltam as principais conseqüências relacionadas à erosão costeira encontradas no Brasil como, por exemplo, migração transversal do perfil praiado rumo ao continente (se esta for urbanizada pode faltar espaço físico para esta migração), desaparecimento da zona de pós-praia, perda e desequilíbrio de habitats naturais (entre eles estão as praias, dunas, manguezais e restingas com alto potencial de perda de espécies que habitam estes ambientes), aumento na frequência e magnitude de inundações costeiras causadas pelas ondas de tempestade; aumento da intrusão salina no aquífero costeiro e nas drenagens superficiais da planície costeira; perda de propriedades e bens

públicos e privados, bem como perda do valor imobiliário dessas habitações e do valor paisagístico da região costeira (com comprometimento do potencial turístico e atividades socioeconômicas); com isto, ocorrem gastos astronômicos com a recuperação de praias e reconstrução da orla marítima incluindo propriedades públicas e privadas, equipamentos urbanos diversos e estruturas de apoio náutico, de lazer e de saneamento básico.

No litoral do Estado do Rio de Janeiro o processo de erosão costeira é decorrente da interferência entre ondas de tempestade e a ocupação inadequada da faixa de pós-praia (*backshore*) por avenidas, ciclovias, áreas destinadas à prática esportiva e quiosques (Castro *et al*, 2014). A posição e o alinhamento do litoral do estado do Rio de Janeiro, com grande parte de sua área costeira voltada para o quadrante sul, o tornam exposto a fortes frentes frias e ondulações de tempestade (Coutinho, 2007). Soma-se a essa constatação, a mobilização de sedimentos de praia pelos ventos para formação de dunas, e na região abaixo do nível médio da preamar (*Shoreface*), onde as ondas atuam, a implantação de obras de engenharia, entre estas, diques (*jetty*), muros de proteção etc. podem potencializar esse processo (Castro2010).

O arco praial de Jacomé-Saquarema apresenta cerca de 19,5 km de extensão, com orientação leste-oeste. Divide-se em 4 praias: de jaconé, Barra Nova, Boqueirão e da Vila (Figura 1). Limita-se a leste pelo promontório de Saquarema e a oeste pelo promontório de Ponta Negra. Localiza-se na região de Baixadas Litorâneas, a cerca de 49 quilômetros a leste da Baía da Guanabara, estado do Rio de Janeiro (Mansur *et al.*, 2011; Corrêa *et al*, 2019).

Figura 1 – Localização da área de estudo no contexto do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Mapa IBGE, 2018 e Google Earth, 2019 (Imagem satélite)

Herculano (1981) estudando o município observou que, até a metade da década de 50, a restinga do distrito-sede era apenas uma pequena aldeia de pescadores e as intervenções antrópicas na orla costeira eram praticamente inexistentes, mas a partir desta década Saquarema começou a se transformar em local de veraneio. Pinto (2018), tendo a sua pesquisa realizada na mesma região, afirma que o arco praiial de Jaconé-Saquarema é marcado por perdas de estruturas urbanas ao longo do litoral, e que tal fato se dá devido a eventos de tempestades de grande magnitude, que mostram a vulnerabilidade geológica desta região costeira exposta às ondas de tempestade.

De acordo com Lins-de-Barros e Muehe (2010), geralmente as abordagens observadas nos trabalhos internacionais sobre vulnerabilidade costeira restringe-se às escalas global e nacional, em detrimento das escalas regional e local. Para Calliari *et al.* (2003), conhecer o comportamento morfodinâmico de uma praia específica possibilita o acompanhamento espaço temporal dos ciclos de erosão/deposição, inclui definição de níveis esperados de variação morfológica, pois estas avaliações podem potencializar consideravelmente o grau de sucesso de diversas atividades relacionadas ao gerenciamento costeiro específico, como no caso do objeto de estudo em questão, o arco praiial de Jaconé-Saquarema. Neste sentido, esta faixa arenosa entre o mar e a laguna, chama atenção das geociências pelo fato desse processo natural de retrabalhamento dos sedimentos afetar diretamente a ocupação urbana na região, devido à fragilidade geológica local. Segundo Calliari *et al.* (2003), modificações na praia são controladas pela geologia e configuração da costa, e tanto a variabilidade temporal como a espacial dependem do tipo e da disponibilidade do material que compõe a praia. Nesse recorrente retrabalho que ocorre após as chamadas ressacas, depositando e retirando areia da faixa litorânea, os habitantes sofrem os efeitos desta dinâmica.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo estudar o processo de erosão e/ou deposição de sedimentos no litoral de Saquarema – Rio de Janeiro, submetidos às ondas de tempestade e ações antrópicas, calculando a taxa de erosão/acreção de linha de costa nas últimas quatro décadas, com o auxílio dos *softwares* DSAS 4.3 e ArcGIS 10.3.

METODOLOGIA

As principais técnicas empregadas no desenvolvimento da pesquisa foram a revisão bibliográfica e a análise de dados encontrados na bibliografia existente, envolvendo informações sobre geologia, geomorfologia e clima de ondas da região (altura, direção e período). Estas informações foram complementadas pela interpretação de ortofotografias, fotografias e imagens de diferentes fontes e datas. A saber, respectivamente, usou-se fotos aéreas fornecidas pelo Departamento de Recursos Minerais (DRM), do ano de 1976 referente ao voo FAB DRM 176 (Escala 1:20.000); imagens de ortofoto de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (Escala 1:25.000); imagens de satélites (*Matar Technologies/LandSat/Copernicus*), do *software Google Earth* de 2008, 2009, 2011, e 2012 a 2018 (Escala 1:25.000); e imagem IBGE 2017 e de 2019 do Instituto Estadual do Ambiente INEA (Escala 1:80.000). Associado à interpretação das imagens, buscou-se analisar dados cartográficos e de geoprocessamento visando o estudo do possível recuo ou avanço da linha de costa, utilizando-se o *software Digital Shoreline Analysis System - DSAS 4.3* acoplado à plataforma *Geographic Information System - ArcGIS10.3*, o que permitiu a automatização de grande parte das atividades relacionadas com a análise quantitativa através de uma série estatística de tempo e múltiplas posições da área de pesquisa (Farias & Maia, 2010; Thieler *et al.*, 2005).

O DSAS trabalha gerando *transects* ortogonais e segundo Pousin *et al.* (2016), o termo *transect* refere-se a uma transecção através da qual um objeto, ou o recorte da paisagem, observado e/ou analisado ao longo de um seguimento, linear ou não, pode ser empregado numa sobreposição de realce ou numa sucessão de relações espaciais simbólicas entre os fenômenos. Corroborando tal premissa, Rodrigues (2017), ressalta que se deve determinar o comprimento, o espaçamento e a direção a partir da qual os *transects* serão gerados.

Tais paralelos devem estar posicionados em ângulo reto, perpendiculares a uma linha de base (*baseline*), em um espaçamento definido pelo pesquisador, para se calcular as taxas de mudanças da linha de costa (Pousin *et al.*, 2016). Segundo Farias & Maia (2010) muito embora sob o ponto de vista físico a linha de costa corresponda, essencialmente, à linha de interface entre a terra e a água, trata-se de um conceito extremamente amplo. Neste sentido, adotamos a definição, respectivamente, sugerida e adotada pelos autores (Crowell *et al.*, 1991; Farias & Maia, 2010), que

caracteriza a linha de costa como sendo a posição da *interface* terra-mar em áreas costeiras arenosas, marcada pelo limite atingido durante as preamares de sizígia.

Foram usados dois métodos estatísticos distintos que serão mostrados em uma tabela de atributos e denominados como: *The end point rate* (EPR) ou taxa do ponto de extremidade, e *Linear Regression Rate* (LRR) ou taxa de regressão linear (Farias & Maia, 2010; Thieler *et al.*, 2005). O método EPR é calculado através da divisão da distância entre a linha de costa (*shoreline*) mais recente e a mais antiga, levando em consideração o tempo decorrido. O método LRR é baseado no método dos mínimos quadrados incluindo todas as linhas de costa disponíveis, ele calcula as taxas de recuo de linha de costa através de regressão linear simples (Farias & Maia, 2010). A intenção de usar dois métodos estatísticos se deu no intuito de investigar se os resultados ficariam aproximados ou não.

O georreferenciamento foi realizado através do uso da técnica de Pontos de Controle, ou seja, coordenadas que auxiliaram o *software* ArcGIS 10.3. A ferramenta utilizada é denominada de *Georeferencing*, embora passível de ocorrência de pequenos erros, é utilizada para calcular uma posição com precisão, e assim gerar modelos confiáveis para fins de medição e análise da área de pesquisa. O sistema de coordenadas adotado foi o Sistema Geodésico Brasileiro *Datum* SIRGAS 2000, Fuso 23k, hemisfério Sul.

Fez-se uso de feições morfológicas ou estruturas urbanas presentes na área de trabalho para marcar as coordenadas. Tais feições foram escolhidas como pontos de improvável mutação ao longo do tempo, como por exemplo, promontórios, pontais, cruzamentos de ruas e avenidas, entre outras feições marcantes espalhadas homogeneamente pela área. Foram apreciados cerca de seis pontos de controle para o georreferenciamento de cada foto ou imagem. Elaborou-se um mosaico com as fotos aéreas e ortofotos correspondente aos anos de 1976 DRM e 2005 IBGE, complementados por imagens de satélite *Google Earth*, referente ao ano de 2018. Ao se utilizar o *software* de criação e tratamento de imagens ArcGIS 10.3, ferramenta *Georeferencing*, para a elaboração deste mosaico, considerou-se o mosaico de 2005 como base, por apresentar resolução espacial de 1m, considerada a melhor resolução dentre as imagens disponíveis para a análise, portanto, a mais confiável.

Visando realizar o cálculo da taxa de avanço ou recuo da linha costeira do arco praial de Saquarema - RJ, em metros, num período amostral de 42 anos, optou-se por dividi-lo em quatro diferentes áreas de análise. Para efeito de cálculo de possível

mudança na morfologia da linha de costa definiu-se como linha de base (*baseline*), através das fotografias aéreas, a Avenida Beira Mar/Av. Min. Salgado Filho (RJ-102), por se tratar de uma referência provavelmente permanente, mantendo-se ao longo dos anos de forma paralela à linha costeira. Assim, uma linha de base com cerca de 19,5 km paralela à direção do mar foi criada. Farias & Maia (2010) nos faz lembrar de que no que tange à linha mais próxima ao mar, denominada linha de costa, devemos entendê-la como uma referência limítrofe móvel, cuja posição espacial é variável a todas as escalas temporais, e pode traduzir-se em recuo de apenas alguns milímetros por ano ou serem na ordem de vários metros.

Uma vez a *baseline* traçada, a etapa seguinte para a realização dos cálculos estatísticos de variação da linha de costa na área de pesquisa caracterizou-se pela elaboração de 77 (setenta e sete) *transects* posicionados em ângulo reto, perpendiculares à *baseline*. Para este trabalho optou-se por *transects* com comprimento de 100m e espaçamento de 250m na direção de oeste para leste à *onshore*. Desta forma, considerou-se dividir estes 77 *transects* em quatro segmentos distintos: Praia de Jaconé com 38 *transects* numerados de 1 a 38, Praia de Barra Nova com 17 *transects* numerados de 39 a 55, Praia do Boqueirão com 15 *transects* numerados de 56 a 70, e Praia da Vila com 7 *transects* numerados de 71 a 77. Desta forma, o *software* DSAS versão 4.3 foi utilizado ampliando as funcionalidades do *software* ArcGis 10.3. As mudanças na linha costeira do arco praias de Saquarema foram estimadas utilizando-se os dois métodos do *software* DSAS 4.3: *The End Point Rate* (EPR), e o *Linear Regression Rate* (LRR). Os cálculos realizados com o EPR dividem a distância total da mudança costeira pela diferença de tempo, e segundo os autores Ozturk *et al.* (2015) trata-se de um método amplamente utilizado por conta de sua facilidade de aplicação através da equação descrita abaixo:

$$EPR = \frac{(d1 - d0)}{t1 - t0} m/$$

Para os cálculos realizados com o método LRR, Ozturk *et al.* (2015) se utiliza da equação descrita abaixo na abordagem usada para calcular a linha linear, onde *m* representa a inclinação da linha, *b* é um valor constante, *x* é a variável independente e *y* representa a variável dependente.

$$y = mx + b$$

Nestas análises, as linhas de costa datadas 1976, 2005, 2008, 2009, 2011 até 2018 foram usadas como dados variáveis de tempo e distância para cálculo de avanço e/ou recuo da linha de costa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa levou em conta, na escolha desse ambiente costeiro, o nível de resolução das imagens e fotografias aéreas disponíveis no DRM, IBGE e *Google Earth*. As referidas praias foram escolhidas tomando-se por base o histórico de urbanização crescente em zona de ambiente costeiro e a incidência de ondas de tempestade que atuam nesta região, conforme mostram os estudos de Herculano (1981) e Pinto (2018). Com base nestas imagens, os dados originados a partir dos cálculos estatísticos realizados através do *software* DSAS 4.3 acoplado ao *software* ArcGis 10.3, foram organizados em formato de tabelas, onde os valores positivos de EPR e LRR grafados na cor verde representam o movimento da linha costeira em direção ao mar (taxa de acréscimo), enquanto os valores negativos grafados na cor vermelha representam erosão. Com base nisso, tornou-se possível definir o estágio erosivo ou de acreção de sedimentos frente às tendências evolutivas de recuo ou avanço da linha de costa, conforme foi descrito a seguir.

- Praia de Jaconé

Para a análise das tendências de erosão na Praia de Jaconé -Saquarema, RJ, foram gerados 38 *transects*, enumerados respectivamente do 1 ao 38. Tais *transects* perpendiculares, com comprimento de 100 metros e espaçados a cada 250 metros paralelamente a partir da linha de base com aproximadamente 9,5 km de comprimento *onshore*. Como pode ser observado na tabela 1, nos *transects* 3,5,6,7,8,9,11 e 12 nota-se valores negativos, tanto na análise utilizando-se o método EPR quanto LRR, indicando erosão, contudo, estes valores tendem a subir na direção Oeste a partir dos *transects* 14 até o 32, e *transects* 34,35 e 37,38, elevando o balanço sedimentar para um valor médio positivo na análise com o método EPR com 0,09m/ano e EPR com 0,98m/ano.

Tabela 1- Dados correspondente aos *transects* 1 a 38 que representam a área de estudo no litoral de Saquarema-RJ, referente, respectivamente a Praia de Jaconé.

<i>Transects</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects</i> (Cont. 1)	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects</i> (Cont. 2)	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)
1	-0,24	1,10	17	0,13	1,30	33	-0,06	1,09
2	0,11	1,16	18	0,26	1,88	34	0,21	1,67
3	-0,47	-0,43	19	0,41	1,88	35	0,04	1,32
4	0,15	-0,07	20	0,39	1,91	36	-0,48	0,55
5	-0,14	-0,62	21	0,56	2,47	37	0,01	0,82
6	-0,26	-0,53	22	0,60	2,33	38	0,41	1,81
7	-0,36	-0,54	23	0,49	2,04	MÉDIA:	0,09	0,98
8	-0,50	-0,50	24	0,54	2,18			
9	-0,45	-0,63	25	0,60	2,22			
10	-0,28	0,15	26	0,34	1,51			
11	-0,69	-0,79	27	0,52	1,87			
12	-0,36	-0,52	28	0,25	1,53			
13	-0,18	0,74	29	0,45	1,61			
14	0,21	1,12	30	0,41	1,94			
15	0,32	1,31	31	0,36	1,81			
16	0,38	0,48	32	0,09	1,72			

Na Praia de Jaconé a utilização das técnicas de análises estatísticas, EPR e LRR, mostraram que apenas o lado ocidental deste segmento praiial, cerca de um terço desta área estudada, apresenta tendência à erosão. Esta face esquerda da Praia de Jaconé encontra-se mais a oeste do arco praiial de Saquarema com proximidade ao promontório de Ponta Negra-Maricá. A referida praia passa atualmente por urbanização de sua orla caracterizando ocupação do pós-praia com impermeabilização do solo, destruição de parte da cobertura vegetal de restinga etc. Silva *et al.* (2005) contribuem com esta pesquisa ao constatarem em trabalhos anteriores, na região litorânea Fluminense, que intervenções antrópicas como as citadas acima podem levar a mudanças no padrão de drenagem costeira, como perda de fontes de sedimentos e conseqüentemente caracterizar-se como potencial fator agregado para a erosão costeira. Diante do exposto, embora a média dos valores de análise dos diferentes métodos EPR e LRR tenham sido positivas, não indicando déficit sedimentar na Praia de Jaconé, a dinâmica costeira deste segmento praiial mostrou-se em frágil equilíbrio geológico.

- Praia de Barra Nova

A evolução da linha de costa na Praia de Barra Nova - Saquarema, RJ, foi calculada gerando-se 17 *transects*, enumerados respectivamente do 39 ao 55. Os referidos *transects* perpendiculares, com comprimento de 100 m e espaçados a cada 250 m paralelamente a partir da baseline à *onshore* que cobre aproximadamente 4,2 km de comprimento deste segmento praiar, foram analisados conforme evidencia a tabela 2, onde a utilização dos métodos EPR e LRR mostrou que nos *transects* 43, 45 e 55 as duas técnicas apresentam valores negativos indicativos de erosão, contudo, o método LRR apresentou apenas 3 *transects* com valores negativos de aporte sedimentar, levando a um valor médio positivo de 0,56m/ano. Ao contrário do LRR, o EPR apresentou um valor médio negativo de -0,04m/ano, pois 12 dos seus 17 *transects* em seu segmento praiar apresentam valores negativos indicativos de erosão, em detrimento a apenas 5 *transects* com valores positivos que indicam o inverso.

Tabela 2- Tabela de dados correspondente aos *transects* que representam a área de estudo no arco praiar de Saquarema, referente, respectivamente a Praia de Barra Nova.

<i>Transects</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects</i> (cont.)	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects</i> (cont.)	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)
39	0,59	2,14	46	-0,31	0,09	53	-0,02	0,60
40	0,56	1,80	47	-0,28	0,52	54	0,02	0,34
41	0,44	1,31	48	-0,26	0,45	55	-0,06	-0,18
42	0,06	0,68	49	-0,24	0,07	MÉDIA:	-0,04	0,56
43	-0,38	-0,04	50	-0,04	0,59			
44	-0,28	0,13	51	-0,01	0,50			
45	-0,32	-0,00	52	-0,07	0,52			

Observa-se que as tendências à erosão se deram na parte central deste segmento de estudo, onde valores negativos foram encontrados de forma mais significativa nas análises realizadas com o método EPR. Muehe (2005) ressalta que geralmente a mobilização de sedimentos se dá à jusante de estruturas de urbanização, e tais construções geralmente desencadeiam ou intensificam o processo erosivo. Neste sentido, observa-se que a área mais urbanizada está à leste do arco praiar estudado, e no inverno, quando as ondas apresentam maior energia, a deriva litorânea se dá de Oeste para o Leste. Muito embora a média final de cada uma das técnicas utilizadas na referida praia tenha apresentado em EPR um balanço sedimentar negativo, e em

LRR um balanço sedimentar positivo, tal diferença de resultado não se caracteriza como discrepante, se for levado em conta o comprimento de 100 m dos transects dispostos entre a *baseline* e a linha costeira.

- Praia do Boqueirão

Para este segmento da área de estudo, a Praia do Boqueirão – Saquarema, RJ, a utilização do *software* DSAS resultou na geração e enumeração de 15 *transects*, de 56 a 70, perpendiculares e espaçados 250m e com 100m de comprimento, dispostos paralelamente a partir da linha de base à *onshore*, com aproximadamente 3,75 km de comprimento. No referido segmento praiar observa-se uma tendência erosiva conforme pode-se perceber na tabela 3, pois apenas os *transects* 56, 57 e 62 apresentam em consonância, nos dois métodos utilizados o EPR e o LRR, números positivos indicativos de acreção de sedimentos, ao passo que todos os outros *transects* vão apresentar valores negativos indicativos de perda de sedimentos, ora em conjunto, ora pelo menos em uma das técnicas utilizadas. Embora 3 *transects* de EPR e 6 *transects* de LRR com valor positivo indicativo de acreção quebre a dinâmica praiar de perda de sedimentos, a média dos valores de EPR e LRR vão indicar valores negativos indicativos de desprendimento e remobilização de sedimento, respectivamente -0,238m/ano e -0,129m/ano.

Tabela 3- Tabela de dados correspondente aos *transects* que representam a área de estudo no arco praiar de Saquarema-RJ, referente, respectivamente a Praia do Boqueirão.

<i>Transects</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects (Cont. 1.)</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects (Cont. 2)</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)
56	0,06	0,34	62	0,23	0,96	68	-0,35	-0,48
57	0,24	1,00	63	-0,37	-0,06	69	-0,46	-1,13
58	-0,26	-0,31	64	-0,47	-1,00	70	-0,28	-0,38
59	-0,17	0,61	65	-0,33	-0,71	MÉDIA:	-0,238	-0,129
60	-0,62	0,01	66	-0,34	-0,80			
61	-0,27	-0,01	67	-0,19	0,01			

A média dos valores obtidos pelas técnicas EPR e LRR, apresentaram taxas de erosão que facultam a remobilização de sedimento no sentido da direção das ondas e das correntes marítimas nesse segmento do litoral Fluminense. Possivelmente um fator que poderia contribuir para a redução no estoque de sedimento desta praia seria

sua maior exposição às ondas de grande energia, uma vez estando mais distante dos dois promontórios a Leste e a Oeste, respectivamente, o de Saquarema e o de Ponta Negra, que poderiam agir como barreiras protetoras.

- Praia da Vila

Para este segmento da área de estudo, na Praia da Vila - Saquarema - RJ, foram gerados 7 *transects*, enumerados de 71 a 77, perpendiculares, espaçados a uma distância de 250 m e com comprimento de 100 m dispostos paralelamente a partir de uma linha de base, à *onshore* abrangendo uma extensão aproximada de 1,8 km. Neste segmento praiial os cálculos apresentam para as duas técnicas utilizadas, EPR e LRR, valores negativos indicativos de erosão, conforme se pode visualizar na tabela 4. Ao observar o *transect 77* no método EPR, e o *transect 74* no método LRR, percebe-se que estes apontam o pico deste processo erosivo na dinâmica praiial. A partir da análise destes dados pode-se constatar uma perda de sedimentos na Praia da Vila de -0,461m/ano em EPR e -1,168m/ano em LRR.

Tabela 4- Tabela de dados correspondente aos *transects* que representam a área de estudo no arco praiial de Saquarema-RJ, referente, respectivamente a Praia da Vila.

<i>Transects</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)	<i>Transects (cont.)</i>	EPR (m/ano)	LRR (m/ano)
71	-0,36	-0,93	75	-0,37	-0,9
72	-0,19	-0,75	76	-0,48	-1,13
74	-0,45	-1,34	77	-0,73	-1,43
74	-0,64	-1,70	MÉDIA:	-0,461	-1,168

A análise deste seguimento do arco praiial sinalizou materiais costeiros soltos, dissolvidos ou desgastados, e conseqüentemente movidos numa orientação a Oeste pela dinâmica de praia e dos processos costeiros. A referida praia é a que apresentou o mais significativo déficit em seu estoque sedimentar.

Com base nos resultados obtidos e através da apresentação dos dados formatados a respeito do impacto da erosão costeira nas quatro referidas praias no litoral de Saquarema, verificou-se que ocorre acreção anual sedimentar no segmento leste, na Praia de Jaconé e na Praia de Barra Nova, com média anual apurada com a utilização das técnicas EPR e LRR, respectivamente de 0,09m e 0,98m (Praia de Jaconé) e -0,04m e 0,56m (Praia de Barra Nova). Tal cenário pode se dar

possivelmente devido à ação da corrente de deriva litorânea, impulsionada por ondas de alta energia provenientes de sudoeste e à presença do promontório de Ponta Negra, a leste do arco praiar. Desta forma, a capacidade de transporte de sedimento é maior em relação ao sentido contrário, ou seja, a oeste. Observou-se erosão sedimentar na Praia do Boqueirão e na Praia da Vila, com avanço de linha de costa, com média anual de perda do estoque sedimentar apurada com a utilização das técnicas EPR e LRR, respectivamente de -0,23m e -0,12m (Praia do Boqueirão) e -0,46m e -1,16m (Praia da Vila). Observou-se que o arco praiar como um todo, ou seja, considerando toda a área de pesquisa que foi dividida em quatro segmentos distintos, apresenta taxa média anual de erosão, apurada com a utilização das técnicas EPR e LRR, respectivamente de -0,05m e 0,48m. Tal quadro sugere uma situação de frágil estabilidade do estoque sedimentar, na medida em que se pode constatar recuo de linha de costa, em média, de -2,09 m no método EPR e de 20,01m no método de regressão linear simples, LRR, apurando-se este total durante o período amostral de 42 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que há um certo desequilíbrio entre as forças de sedimentação atuantes no arco praiar de Saquarema durante as diferentes épocas do ano, levando a um balanço sedimentar de moderado equilíbrio, podendo gerar instabilidade geológica ao identificar-se orientação preferencial da remobilização de sedimentos de oeste para leste no arco praiar de Saquarema, ocasionada pela direção da corrente de deriva litorânea, que resulta da ação de ondas de tempestade provenientes de sudoeste (*swell*), associadas à frentes frias. Apurou-se que o balanço sedimentar atual positivo, porém timidamente estável, na área estudada, poderá apresentar perda significativa de sedimentos em função de intervenções antrópicas, como urbanização da orla, com destruição de dunas e/ou impermeabilização de terraços marinhos holocênicos e atuais ocupação da pós-praia que possivelmente resultarão em maior déficit sedimentar no segmento praiar estudado.

A Geologia, fazendo uso de imagens de satélite, de fotografias aéreas e terrestres e da cartografia, que nos permitem acompanhar e analisar essas mudanças, seja qual for a escala temporal na qual elas se produzem, poderá contribuir com seus estudos para uma ocupação humana que torne possível conciliar o tempo cronológico e as

necessidades das pessoas ao tempo geológico e aos fenômenos naturais. Neste sentido, o *software* DSAS 4.3 e ArcGIS 10.3 apresentaram eficácia para análise no processo de monitoramento do arco praial de Saquarema, em períodos de curto e médio prazo, ao fornecer resultados significativos através de métodos indiretos, provando ser esta ferramenta bastante útil e prática em programas de monitoramento envolvendo fotografias aéreas e imagens de satélites. Compreender de forma mais ampla a realidade da dinâmica na faixa arenosa do litoral de Saquarema nas últimas quatro décadas, possibilita a compreensão sobre a interferência das atividades humanas facultando atuar de maneira mais consciente e propositiva no ambiente lacustre, bem como, mitigar os efeitos da exposição de habitantes das áreas sujeitas a processos geológicos ativos e a riscos geológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ArcGIS 10.3 - – Sistema de informação geográfica (*Geographic Information System – GIS*) – ESRI - ESRI (*Environmental Systems Research Institute*).
- CALLIARI, L.J.; MUEHE D.; HOEFEL, F.G.; TOLDO JUNIOR, E. 2003. *Morfodinâmica praial: uma breve revisão*. Rev. bras. oceanogr. único:63-78.
- CASTRO, J.W.A. 2010. *Ilhas oceânicas da Trindade e Fernando de Noronha, Brasil: Uma visão da Geologia Ambiental – Rev. de Gestão Costeira Integrada*. Journal of Integrated Coastal Zone Management. 3:303-319.
- CASTRO, J.W.A.; SUGUIO, K.; SEOANE, J.C.S.; CUNHA A.M.; Dias F.F., 2014. *Sea-level fluctuations and coastal evolution in the state of Rio de Janeiro, Southeastern Brazil*. An. Acad. Bras. Cienc. 86:671–683.
- CORRÊA, L.F.; Silva, A. L. C.; PINHEIRO, A.B.; Pinto, V.C.S.; MACEDO, A.V.; MADUREIRA, E.A.L.2019. *Distribuição e fonte de resíduos sólidos ao longo do arco praial de Jacaré-Saquarema (RJ)*. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), 1: 57-79
- COUTINHO, N.M. 2007. *Erosão e deposição de sedimentos no arco de praia da Barra da Tijuca - Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 489 p.
- CROWELL, M.; LEATHERMAN, S.P.; BUCKLEY, M.K.1991 -*Historical shoreline change: error analysis and mapping accuracy*. *Journal of Coastal Research*, 7:839-852.
- Digital Shoreline Analysis System-DSAS 4.3 - Aplicativo para calcular estatísticas de taxa de variação da costa a partir de várias posições históricas da costa. USGS - U.S. *Geological Survey*.

DRM, RJ. DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

FARIAS, E.G.G. & MAIA, L.P. 2010. *Uso de Técnicas de Geoprocessamento para a Análise da Evolução da Linha de Costa em Ambientes Litorâneos do Estado do Ceará, Brasil*. Rev. da Gestão Costeira Integrada. 4:521-544.

Google Earth Pro - Aplicativo para a visualização de mapas e imagens. *Google Technology company*.

HERCULANO, S. 1981. *Saquarema: história de sua urbanização pela função-veraneio e a disputa por suas terras públicas (1955-1980): analisando um caso de desenvolvimento local na Região dos Lagos (RJ)*. Artigo feito com base na dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional intitulada "A cidade sazonal: a urbanização pela função-veraneio e pela privatização de terras públicas - um estudo de caso de Saquarema (RJ), 14 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. Censo Agro 2017. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acessado em 13 de out 2019.

INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/monitoramentousocobertura/> Acessado em 19 set de 2020.

LINS-DE-BARROS, F.M. & MUEHE, D. 2010. *Avaliação local da vulnerabilidade e riscos de inundação na zona costeira da Região dos Lagos, Rio de Janeiro*. Quaternary and Environmental Geosciences, 1:55-66.

LUÍS, L.D.; AMINOSSE, N.D.; BALOI, T.A.; MANHIÇA, A.O.; MATE, D.F.; MAULATE, J.R.; UQUEIRO, F.O. 2008 *Erosão Costeira*. *Geologia Ambiental – Erosão Costeira*. Maputo, 1-13

MANSUR, K. L.; RAMOS, R.R.C.; GODOY, J.M.O.; NASCIMENT, V.M.R. 2011. *Beachrock de Jaconé, Maricá e Saquarema - RJ: importância para a história da ciência e para o conhecimento geológico*. In: Revista Bras.Geoc., 2: 290-303.

MUEHE, D. 2005. *Aspectos Gerais da Erosão Costeira no Brasil*. Rev. de Geografia da UFC, 7:1-14.

OZTURK, D.; BEYAZIT, I.; KILIC, F. 2015 *Spatiotemporal Analysis of Shoreline Changes of the Kizilirmak Delta*. Journal of Coastal Research, 10.2112/JCOASTRES-D-14-00159.1.

PINTO, V.C. 2018. *Caracterização morfológica e sedimentar da planície costeira e vulnerabilidade do litoral de Jaconé-Saquarema (RJ) às ondas de tempestade*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores, 135p.

POUSIN, F.; MARCO, A.; MONTÈS, B.; BARTHÉLÉMY, C.; TIXIER, N. 2016. *Le transect: outil de dialogue interdisciplinaire et de médiation. Vertigo: La revue électronique en sciences de l'environnement*. Hors-série 24. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/17372>. Acesso em 22 jul. 2020.

RODRIGUES, P.M.L.S. 2017. *Erosão e acreção de sedimentos nas praias da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: aplicação do software DSAS*. Trabalho Final do Curso de Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 69 p.

SOUZA, C.R.G. 1997. *As células de deriva litorânea e a erosão nas praias do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geologia, Universidade de São Paulo, 174 p.

SOUZA, C.R.G. 2001. *Coastal erosion risk assessment, shoreline retreat rates and causes of coastal erosion along the State of São Paulo coast, Brazil*. Rev. Pesq. Geoc., 28-459-475.

SOUZA, C.R de G. & SUGUIO, K. 2003. *The coastal erosion risk zoning and the São Paulo Plan for Coastal Management*. Journal Coastal Research, SI35:530-547.

THIELLER, E. R.; MARTIN, D.; ERGUL A. 2005. *The Digital Shoreline Analysis System, version 2.3. Shoreline change measurement software extension ArcMap 9.0. USGS Open-File*.

Disponível em <http://woodshole.er.usgs.gov/project-pages/dsas/>. Acessado em 9 set 2002.

Capítulo 5

**DISPUTAS E RESGATE DE MEMÓRIAS EM
TORNO DA USINA DE CAMBAHYBA, EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Lavínia Izidoro Martins

DISPUTAS E RESGATE DE MEMÓRIAS EM TORNO DA USINA DE CAMBAHYBA, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Lavínia Izidoro Martins

Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve atualmente pesquisa no Laboratório de História Regional e Patrimônio (LAHIRP) da UFF-PUCG.

Contato: laviniamartins@id.uff.br.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões acerca das memórias ligadas à Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, uma das principais da região até a década de 1990. Para isso, damos enfoque na disputa entre duas narrativas: a usina como patrimônio agro-industrial do município, bem como a memória política e paternalista ligada a seus antigos donos, e a que vem à tona com a publicação do livro *Memórias de uma guerra suja* (2012), no qual o ex - delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra, revela a utilização dos fornos da usina para queimar os corpos de militantes vítimas da Casa da Morte de Petrópolis, no período da ditadura militar brasileira. Assim, contrapomos a memória oficial, relacionada principalmente ao caráter latifundiário da sociedade e da política campista, às revelações do uso dessas instalações pelo aparelho repressivo, para discutir o caráter de lugar de memória desse espaço.

Palavras-chave: Cambahyba, memória, patrimônio, ditadura militar, repressão, direito à verdade.

Introdução

Localizada no município de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, a Usina de Cambahyba⁴ teve um papel de destaque no cenário econômico da região, tendo sido uma das principais entre meados do século XX. Essa importância ultrapassa os limites do econômico, traduzindo-se também em influência política, fenômeno que faz parte da formação da cidade, ligada desde o início ao açúcar. Podemos destacar a grande importância da indústria açucareira no desenvolvimento

⁴ Optamos por utilizar a grafia antiga da palavra, porém é mais comum vê-la escrita na grafia atual: Cambaiba.

econômico ao observar, por exemplo, que Campos foi, graças a ela, uma das pioneiras na imprensa no Brasil, além de ser a primeira cidade no país a contar com energia elétrica.

O controle político por parte dos que controlavam a atividade do açúcar já se mostrava presença constante nas várias fases da economia açucareira e, nesse desenvolvimento, a elite econômica se torna também a elite política, e se confunde com ela, numa rede de influências que está relacionada à organização do próprio território industrial, que Pereira Pinto (1995) classifica como “usina ilha”: os trabalhadores moravam em casas ao redor da usina, e que eram cedidas a eles pelos proprietários, e acabava por se formar toda uma organização cotidiana no local: no terreno da usina se construía igreja, mercado, escola, hospital, toda uma estrutura que tornava a ida ao centro da cidade, por exemplo, quase que desnecessária.

Também uma relação paternalista em relação aos usineiros se montou por conta disso: “a usina era o centro em torno do qual giram o trabalho, a família, o progresso, o futuro. O usineiro era o grande ‘patrão’, respeitado por todos e de quem todos dependiam.” (PINTO, 1995, p. 203) Por isso, importa também o conceito de “usina domínio”, que representa essa relação de poder entre patrão e empregado baseada nessas ilhas e que se aproxima muito de uma relação clientelista. Essa organização espacial cria uma relação entre o trabalhador e o patrão que vai além do vínculo empregatício: o usineiro era o homem que dava ao trabalhador a casa em que sua família vivia, a educação de seus filhos, seus serviços hospitalares e mesmo espaços de lazer tinham lugar dentro dessas terras.

Localizada em Martins Lage, a Usina de Cambahyba foi inaugurada em princípios do século XX e era administrada pela empresa Augusto Ramos & Co. Heli Ribeiro Gomes adquire a propriedade nos anos 1960, momento em que a produção alavanca exponencialmente graças a reformas empreendidas com auxílio de empréstimos do governo federal (empréstimo esse que contribuiu em grande parte para sua posterior falência) (MESQUITA, 2012, p. 86). A influência do usineiro na política local cresceu muito a partir daí. Heli Ribeiro Gomes foi deputado federal entre 1959 e 1967 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de ter sido vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, e se filia à Aliança Renovadora Nacional (Arena) quando do início do regime militar. Essa influência tem importância na discussão acerca das disputas pela memória que veremos a seguir.

Após a declaração de improdutividade das terras da usina, elas foram postas como passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), porém apenas em 2021, após muita pressão do Movimento de Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), a desapropriação foi efetivada.⁵ A primeira ocupação do MST nas terras de Cambahyba foi feita em 2000, com o acampamento Oziel Gomes, porém, em 2006 as famílias foram violentamente expulsas do território, por decisão da Justiça Federal de Campos. Mais de 100 famílias viviam nessas terras na época, e algumas delas voltaram na organização da reocupação em 2012.

Nos propomos, neste trabalho, a discutir o caráter de lugar de memória da Usina de Cambahyba, contrapondo suas múltiplas faces: patrimônio agroindustrial da cidade, espaço que guarda a memória de vítimas da ditadura militar e, após anos de ocupação, a memória da luta dos trabalhadores pela democratização terra e pela reforma agrária. Destacamos, ainda, a dificuldade observada em se reconhecer e preservar os lugares que guardam a memória da repressão no Brasil, ao contrário do observado, por exemplo, na Argentina e em outros países da América Latina, cujas políticas de memória evocaram um caráter pedagógico pós transição política. No Brasil, as estratégias de transição traduziram a intenção do esquecimento, e não da memória.

1 A publicação do livro “Memórias de uma Guerra Suja” e os impactos na memória da usina

Publicado em 2012, livro Memórias de uma Guerra Suja agregou um novo significado à Usina de Cambahyba. Organizado pelos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, o livro reúne o depoimento do pastor Claudio Guerra, ex-delegado do DOPS, sobre todos os crimes políticos em que esteve envolvido durante a ditadura militar, revelando informações importantes sobre episódios como a chacina da Lapa, que resultou na morte de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil (Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond), o episódio da bomba do Riocentro, uma série de assassinatos e desaparecimentos (incluindo o do delegado Sérgio

⁵ Atualmente, o MST mantém nova ocupação nas terras da usina, com o acampamento Cícero Guedes. Acerca da desapropriação, ver: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/03/rj-justica-destina-a-reforma-agraria-usina-onde-corpos-foram-incinerados-na-ditadura>. Acesso em: 27 de jul. 2021.

Fernando Paranhos Fleury), além de locais utilizados para tortura e ocultação de cadáveres, dentre os quais a utilização dos fornos da Usina de Cambahyba para queimar os corpos de vítimas - a maior parte trazidas da Casa da Morte de Petrópolis -, uma das informações de maior impacto dentro dos testemunhos de Guerra.

Segundo o ex-delegado, em fins de 1973 as opções utilizadas pelo governo para ocultação de cadáveres (valas rasas, jogar ao mar, entre outras) estavam “manjadas” – palavra de Guerra – e vinham perdendo a eficácia, além do que as pressões políticas sobre o governo vinham se intensificando, especialmente a partir do caso de Vladmir Herzog.⁶ A influência de Guerra sobre diversos donos de usinas no interior advinha do auxílio no contrabando de armas, facilitado pelo cargo que exercia na polícia, e que eles necessitavam para proteger suas propriedades, no momento em que estavam acontecendo diversos conflitos no campo, reforma agrária e desapropriações de terra (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 51).

A escolha pelos fornos da Usina de Cambahyba se motivou por dois pontos: o primeiro, a amizade e confiança entre o delegado e Heli. O segundo, o fato de ser o único complexo industrial da região que pertencia a uma única família, enquanto as outras usinas eram dirigidas por mais de um sócio, então as chances de as informações vazarem era muito pequena. Segundo ele narra, além dele e da família, apenas duas outras pessoas estavam envolvidas no processo de queima dos corpos: o gerente, Zé Crente, que pilotava o forno, e Vavá, outro funcionário.

No total, doze militantes tiveram seus corpos levados para Cambahyba: Luís Ignácio Maranhão Filho (jornalista - membro do PCB), Ana Rosa Kucinski Silva (professora universitária - Aliança Libertadora Nacional), João Massena Melo (ex-vereador do então DF - PCB), Armando Teixeira Frutuoso (operário - PCB), David Capistrano da Costa (militar - PCB), Eduardo Collier Filho (estudante - Ação Popular Marxista-Leninista), Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira (estudante - Ação Popular), Joaquim Pires Cerveira (líder da Frente de Libertação Nacional), João Batista Rita (estudante - Vanguarda Popular Revolucionária), José Roman (metalúrgico - dirigente do PCB), Thomaz Antônio Silva Meirelles Netto (jornalista -

⁶ Vladimir Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura, e foi morto em decorrência de torturas enquanto esteve detido no DOI-CODI, em 1975. A grande repercussão do caso deveu-se ao fato de sua morte ter sido noticiada como suicídio, mas a foto apresentada do jornalista preso à janela pelo cinto, com os pés no chão, desmentiu por si só a versão oficial. Por isso, as ondas de protesto contra a Ditadura Militar se intensificaram. a partir da morte de Herzog.

Ação Libertadora Nacional) e Wilson Silva (analista de sistemas - Ação Libertadora Nacional).

Todos esses nomes constam na lista de desaparecidos políticos no Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, publicado em 1996 pela Companhia Editora de Pernambuco, e organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), e pelo Grupo Tortura Nunca Mais. De acordo com o documento, a maioria dos arquivos alegava que a vítima estava foragida, e não desaparecida sob a custódia do Estado. É o caso de Ana Rosa Kucinski, por exemplo.

Ressaltamos a fundamental importância das memórias que esse relato trás à tona, não apenas os relacionados a Cambahyba, mas de todos os crimes e vítimas cujo paradeiro o livro ajudou a elucidar, após anos de procura de familiares. A procura pelo paradeiro de Ana Rosa Kucinski, por exemplo, inspirou o livro “K” (2014), escrito por seu irmão, Bernardo Kucinski, que narra a busca de um pai por sua filha durante a ditadura. Como estes, diversos casos ainda seguem sem solução, e muitas famílias ainda esperam respostas sobre seus entes, reivindicando o direito à verdade e, além disso, o direito à memória.

2. Impactos da publicação na cidade de Campos dos Goytacazes

Ao analisar os impactos dessa publicação na cidade de Campos, surge a contradição entre dois aspectos fundamentais: a figura respeitada de Heli Ribeiro Gomes, e a declaração de um homem como Cláudio Guerra, com todas as acusações e crimes nas costas. Essa dicotomia demonstra a importância da influência social e política do usineiro na cidade. Em nossa pesquisa, uma importante fonte foi o documentário *Forró em Cambaíba* (2012)⁷, produzido pelo Departamento de Comunicação do Sindipetro/NF, que acompanha a segunda ocupação do MST nas terras da usina, realizada em 02 de novembro de 2012, sob a liderança de Cícero Guedes.⁸ Nesse sentido, são entrevistadas pessoas ligadas à usina ou ao estudo dela, além dos integrantes do movimento, e observamos a organização espacial do

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtBJrIFhtiU>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

⁸ Cícero Guedes dos Santos foi assassinado em 25 de janeiro de 2013. Os acampados nas terras da usina recebiam ameaças constantes desde o início do acampamento. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/01/lider-do-mst-e-encontrado-morto-em-campos-dos-goytacazes-rj.html>. Acesso em: 27 de jun. 2021.

complexo como uma “microcidade”, apontado pela professora Dilcea Araújo Smiderle, onde havia escola, hospital, farmácia, açougue, igreja, festejos próprios do local, cinema, teatro; ou seja, essa organização também incluía espaços culturais e de lazer que tornavam essa relação paternalista mais dinâmica, na medida em que criava uma relação entre patrão e empregado que apresentava novos traços ao paternalismo e ao clientelismo característicos da política campista.

Nas entrevistas com um antigo trabalhador da usina, Adalberto de Souza Gomes, observamos também grande saudosismo dos tempos de auge da produção, quando ele fala sobre os caminhões que chegavam e saíam da usina com cana, açúcar e álcool, sobre o pagamento sempre certinho dos funcionários. Sobressai o respeito em relação a Heli: em um momento fala inclusive sobre ex-trabalhadores que possuem fazendas e moradias hoje que foram dadas pelo patrão, reafirmando essa lógica das benesses do empregador aos empregados e o respeito e domínio que advém disso. É um domínio demonstrado em forma de admiração que surge quando evocam lembranças do tempo de alta produção, e que regem o impacto que as acusações contra essas figuras dominantes terão sobre esses trabalhadores.

Em 2011, por exemplo, a escola de samba campista Às de Ouro levou essa influência ao sambódromo, em um desfile no Campos Folia (carnaval da cidade), cujo enredo foi “Uma História de Vida Heli Ribeiro Gomes – Um Amigo”. Trazia na comissão de frente a representação da vida política de Heli, com homens de terno e pastas. O desfile foi transmitido pela UniTV. Embora o desfile tenha acontecido antes das revelações de Guerra, consideramos importante observar como a figura do usineiro ainda era evocada e homenageada, mesmo após anos do fim das atividades da usina.

A ocupação acompanhada no documentário aconteceu poucos meses após a publicação do livro, de modo que as discussões sobre as revelações são também exploradas nas entrevistas. Nas falas de Cecília Ribeiro, filha de Heli, o principal aspecto evocado para negar a veracidade das acusações é a falta de credibilidade de um homem como Cláudio Guerra. Em suas falas isso é constantemente evidenciado, quando ela diz que um “homem condenado”, “que cometeu as atrocidades que ele cometeu”, não podia ser levado a sério, questiona se ele estaria fazendo essas alegações apenas para vender livros, e aponta que Guerra é “maluco, é louco”. Ela enfatiza também que o nome de seu pai é “um nome tão honrado, é um nome tão

respeitado, que isso daí não abalou em nada a memória dele, o respeito que as pessoas sempre tiveram ao nome dele.”⁹

O documentário também apresenta a visão do primeiro promotor do Ministério Público Estadual que se encarregou das investigações do caso, Marcelo Lessa, e que o arquivou. Essa mesma narrativa norteia sua fala: “um livro que foi escrito por uma pessoa cuja folha de antecedentes não cabe em um pergaminho, e que simplesmente relata, do nada, esses fatos, e o Ministério Público, na minha opinião, não deve ser movido por fofocas.” Apesar desse primeiro arquivamento, o Ministério Público Federal reabriu as investigações logo depois.

Além disso, a imprensa local seguiu linhas muito parecidas ao noticiar o caso em suas primeiras investigações: em reportagem publicada na Folha Blogs¹⁰, em maio de 2012, Esdras Pereira se dedicou a questionar a legitimidade desses depoimentos, onde aparecem indagações como “paranoia delirante ou marketing de vendas?”, e diz que as declarações dessa “suposta” incineração haviam caído na cidade como uma bomba. Destacamos então a constante lembrança da imagem construída de Heli, além do fato de “não poder se defender”, e de que o testemunho de Guerra não poderia ser tomado como verdade dado o seu passado, por ter participado das irregularidades do regime, além de ter cometido outros crimes, fora os a mando da ditadura (PEREIRA, 2012).

A família do usineiro entrou, ainda em 2012, com uma medida cautelar contra a editora Topbooks, responsável pela publicação, pedindo a retirada de todos os exemplares de circulação, além da busca e apreensão dos mesmos, e foi representada por Jorge Lyzandro de Albernaz Gomes, advogado e filho de Heli, nas ações contra a editora e nos pedidos de investigações sobre o caso junto ao MPF, além do pedido de reparação em relação à família, atingida moralmente pelas acusações (PEREIRA, 2012).

Em fevereiro de 2020, uma nova perícia foi realizada pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) na usina, acompanhada por Marcus Vinícius Carvalho, presidente da CEMDP, e um perito do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto. Uma perícia no local já havia sido realizada pelo MPF em 2014,

⁹ Trecho retirado do documentário Forró em Cambahyba, entrevista concedida a Vitor Menezes, 2013. 55min16seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtBJrIFhtiU&t=1s> Acesso em: 14 de jul. 2021.

¹⁰ Seguimento da revista Folha em que os colunistas escrevem com maior liberdade de publicação. O autor é repórter da Rede Globo.

na qual foi constatado que o tamanho dos fornos era suficiente para que coubessem corpos humanos, ao contrário do que afirmavam os filhos do usineiro. Essa perícia contou com a participação do próprio Cláudio Guerra. O inquérito foi concluído pelo MPF no ano anterior, em 26 de julho de 2019, e foram ouvidas 20 pessoas, mas seus resultados ainda estão sendo mantidos sob sigilo (SALES, 2020).

O caso de Cambahyba voltou ao noticiário quando das alegações do presidente Jair Bolsonaro, em julho de 2019 ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, de que ele poderia dizer o que havia acontecido com o pai deste último. Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira foi um dos militantes cujo corpo foi levado, de acordo com o depoimento de Guerra, para os fornos da usina. Bolsonaro afirmou que o estudante teria sido morto por seu próprio grupo. Segundo o relatório final da CNV, Santa Cruz foi preso em 23 de fevereiro de 1974 em Copacabana, junto com Eduardo Collier, e dado como desaparecido a partir de então. À época do relatório, trabalhava-se com a possibilidade de esses corpos terem sido enterrados na Vala de Perus, em São Paulo.

2.1 Movimentos sociais e o resgate de memória

A construção de políticas de memória em relação à ditadura militar no Brasil tem se mostrado uma tarefa muito difícil, tanto por conta das medidas referentes ao esquecimento e apagamento que caracterizaram a abertura política, quanto pela demora do Estado, após a redemocratização, em implementar providências contundentes que evoquem o direito à memória: a maior parte das medidas implementadas em relação ao período diziam respeito muito mais ao direito à verdade, do que à memória, ou simplesmente à reparação financeira, como foi a implementação, por exemplo, da Comissão de Anistia e da Lei dos Desaparecidos Políticos, de 1995.

Desde o fim do governo militar, grupos que lutavam por memória, verdade e justiça se organizam nas mais diversas frentes de resgate, de obtenção de testemunhos, acesso a documentos e construção de memoriais. No entanto, noções de reparação mais voltadas à memória só vão ser postas em prática a partir da criação da CNV, cujas recomendações envolvem criações de memoriais, e reconhecimento de espaços públicos que abrigam memórias da repressão, apesar de a maior parte delas ainda não ter sido posta em prática.

O que observamos no caso de Cambahyba são tentativas de resgate recentes, porque também o são as revelações de seu passado enquanto aparelho utilizado pelo governo ditatorial. Para além das estratégias de silenciamento e deslegitimação da história recente da usina (tanto por parte da família, como pelo MPE na primeira investigação e da própria imprensa local), grupos e movimentos sociais vêm disputando a memória do lugar, como intuito de, além de homenagear as vítimas, garantir que não se apague essa narrativa recente, e de estimular a publicização do caso, juntamente à sua investigação.

As terras do complexo industrial foram ocupadas pelo MST três vezes.¹¹ A primeira, em 2000, tinha o objetivo de pressionar o governo para que fizesse a reforma agrária prevista pelo INCRA desde 1998, uma vez que, como já dito, as terras foram declaradas improdutivas em 1995. Na segunda ocupação, vemos a presença de um novo fator: a necessidade de reivindicação dessas terras e da homenagem às vítimas. Quando entrevistada, uma das líderes da ocupação de 2012, Marina dos Santos, diz que a ocupação tinha dois objetivos: continuar a luta pela desapropriação das terras e pela conclusão do assentamento, e a homenagem “aos trabalhadores que foram incinerados aqui no período da ditadura militar”¹² e aponta para o local onde se encontravam os fornos da usina. Na primeira assembleia que fizeram, os acampados leram cada um dos nomes citados por Guerra, junto a trechos do livro, seguido da fala “presente, presente, presente”.¹³ Também o nome da ocupação evoca essa memória: Acampamento Luiz Maranhão, em referência ao advogado e jornalista, militante do PCB, cuja prisão nunca foi oficialmente reconhecida pelo governo militar. Em 2013, o líder do Acampamento Luís Maranhão, Cícero Guedes, foi assassinado a tiros na estrada que dava acesso à Usina. Já tendo participado de outros processos de ocupação em Campos, Cícero era um dos principais líderes do MST na região.

A ocupação das terras de Cambahyba também colaborou com o estabelecimento de uma nova memória relacionada àquele espaço. Em primeiro lugar, muitos dos acampados em 2012 já haviam passado por ali na ocupação anterior, e agora vinham com uma nova reivindicação da terra. Além disso, a presença do MST

¹¹ A terceira ocupação aconteceu após a desapropriação, em 2021, e mantém atividade até o momento de publicação deste artigo.

¹² Forró em Cambaíba. Op. cit. 13min59seg.

¹³ Forró em Cambaíba. Op. cit. 31min56seg.

na região transformou o significado das terras em território de luta pela reforma agrária.

A iniciativa do Sindipetro/NF de produzir o documentário retratando essa segunda ocupação também constitui um meio de resgate importante: apresentando as entrevistas em paralelo, o documentário aborda a representação e o significado daquelas terras para aqueles que a estavam ocupando, tanto pela ocupação anterior quanto pelas acusações de Claudio Guerra, e configura a primeira produção acerca do caso, evidenciando essa disputa de narrativas que se iniciava em 2012, e segue ainda em construção.

Depois de sete anos, o MPF concluiu as investigações sobre o caso da incineração dos corpos na usina, mas os resultados ainda são mantidos em sigilo, demonstrando, mais uma vez, a dificuldade de trazer essas memórias a público. A publicização desse relatório se insere também na garantia do dever de memória, e na construção de uma história pública que reivindique esse espaço como um lugar de memória.

Considerações finais

O complexo industrial Cambahyba sobrepõe diversos “motivos” de memória que vão muito além de sua antiga importância econômica, perpassando grupos sociais diversos. Na sociedade campista de modo geral, a influência da economia açucareira se destaca na política, através do coronelismo presente nas relações entre trabalhador e patrão, como demonstrado anteriormente. Em relação aos antigos trabalhadores da Usina, espaços de memória construídos em homenagem a membros da família corroboram com a visão que apresentamos dessa política. Agora, duas novas percepções entram na disputa de memórias relacionadas ao local: a memória da repressão do Estado durante a ditadura, e a luta pela democratização da terra.

Nosso objetivo foi sobrepor essas narrativas conflitantes acerca de um mesmo local para discutir a aplicação do conceito de lugar de memória sobre ele. A história que se perpetuou, e a imagem que se construiu da Usina de Cambahyba, evocam um passado latifundiário e de grandes avanços econômicos para a cidade e mesmo para os trabalhadores, mas silencia, por exemplo, os vários processos trabalhistas que contribuíram para o fim das suas atividades, além da exploração do trabalho por meio do controle da terra. Dessa forma, enquanto a narrativa oficial carrega os benefícios

econômicos, a influência social e o apoio garantido pela política coronelista, há uma outra narrativa silenciada, tanto em Cambahyba como em outras usinas da região. Somado a isso, há a disputa pela terra que se inicia em 2000, com o MST pela primeira vez reivindicando o cumprimento de uma medida já aprovada pelo INCRA.

Com base na análise dos documentos, jornais, discursos e lembranças que buscamos até aqui, concluímos que o Complexo Industrial de Cambahyba se configura como um lugar de memórias múltiplas, isto é, ele abriga significados diferentes para cada grupo que se relaciona com esse espaço, e diferentes sentidos foram sendo atribuídos a ele: a memória do auge de produção açucareira do século XX, que se mostra em homenagens feitas à família proprietária, no discurso saudosista por parte de antigos trabalhadores, e mesmo na influência política que seus membros ainda exercem; a memória política associada à ditadura militar, evocada por movimentos sociais, movimentos de luta por verdade, memória e justiça, e estudantil; e aquelas ligadas ao MST, que, ao mesmo tempo em que reivindica essa memória política, em seus discursos, em sua homenagem, e na nomeação do acampamento, também constrói sobre ele sua luta: a luta pela terra, pela desapropriação, contra o domínio do latifúndio e pela reforma agrária.

Referências Bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

BALLOUSIER, Anna Virginia. Hoje pastor, ex-delegado do Dops vira réu acusado de queimar corpos na ditadura. Folha, Rio de Janeiro, 24 de out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/hoje-pastor-ex-delegado-do-dops-vira-reu-acusado-de-queimar-corpos-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília, CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1). Disponível em < http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_I.pdf>, acesso em 12 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Da Redação. Cícero Guedes, líder do MST, é morto no Norte Fluminense. Rio de Janeiro, Revista Exame, 26/01/2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/cicero-guedes-lider-do-mst-e-assassinado-no-norte-fluminense/>. Acesso em: 12 de jul. 2021.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco; São Paulo: Governo do Estado de SP: 1995/1996.

DUARTE, Rafael. Ditadura incinerou pelo menos 12 corpos de opositores, conclui MPF. Rio de Janeiro: Jornalistas livres, 1 de agosto de 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/ditadura-incinerou-pelo-menos-12-corpos-de-opositores-conclui-mpf/>. Acesso em 01 de jul. 2021.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade. In: Boaventura de Sousa Santos; Paulo Abrão Pires Junior; Cecília MacDowell; Marcelo D. Torelly. (Org.). Repressão e Memória política no Contexto Ibero-Brasileiro - Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. 1ed.Coimbra; Brasília: Universidade de Coimbra-Centro de Estudos Sociais; Ministério da Justiça-Comissão de Anistia, 2010.

GASPARI, Élio. A ditadura escancarada: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROSSI, Diego; NETO, Roberto Schiffler. A Casa da Morte de Petrópolis: A importância da (re)construção de uma memória além da "Cidade Imperial" para a consolidação democrática. IN Revista Acesso Livre, Rio de Janeiro, n. 2 jul./dez. 2014.

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. Memórias de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 2º edição. São Paulo: Centauro, 2013.

HEYMANN, Luciana. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f.

MESQUITA, Clívia. No RJ, MPF investiga destruição de usina que serviu para ocultar corpos na ditadura. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 15 de Março de 2019 às 07:04. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/03/15/no-rj-mpf-investiga-destruicao-de-usina-que-serviu-para-ocultar-corpos-na-ditadura>. Acesso em: 27 de jun. 2021.

MESQUITA, Zandor Gomes. O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes. Dissertação (pós-graduação em políticas sociais) - Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2012.

NASCIMENTO, Verônica. Mais de 20 famílias são retiradas da área da antiga Usina de Cambaíba. Folha1, Campos dos Goytacazes, 26/03/2019. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/03/geral/1246099-mais-de-20-familias-sao-retiradas-de-area-daantiga-usina-cambaiba.html. Acesso em: 01 de jul. 2021.

NEVES, Deborah Regina Leal. O símbolo de uma memória escolhida: o patrimônio cultural e a difícil tarefa de construir a memória da ditadura. Pelotas: Revista Memória em Rede, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de História regional e local. São Cristóvão: Revista Ponta de Lança, 2008

PEREIRA, Esdras. Sem provas, ex-delegado fala em dez corpos incinerados na Usina Cambahyba. Folha1, Campos dos Goytacazes, 07 de mai. de 2012. Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2012/05/blogs/esdras/178160-sem-provas-ex-delegado-fala-em-dezcorpos-incinerados-na-usina-cambahyba.html. Acesso em: 17 de jul. de 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. RJ, vol. 2, n.3, 1989.

PINTO, Jorge Renato Pereira. Um pedaço de terra chamado Campos: Sua geografia e seu progresso. 2º ed., Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2006.

RODRIGUES, Igor Paulo Ribeiro Dias. Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes (RJ). Dissertação (mestrado em geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2016.

RICKLY, Aline. Ex-delegado vai responder por ocultação e destruição de corpos na Usina de Cambaíba na ditadura. G1, Campos dos Goytacazes, 24 de out. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/nortefluminense/noticia/2019/10/24/ex-delegado-vai-responder-por-ocultacao-e-destruicao-de-corpos-na-usina-decambaiba-na-ditadura.ghtml>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

SALES, Aldir. Nova perícia na Usina Cambaíba. Folha1, Campos dos Goytacazes, 17 de fev. 2020. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2020/02/politica/1258038-nova-pericia-na-usina-cambaiba.html. Acesso em: 18 de nov. 2020.

SILVA, Camilla. Acusado de assassinar Cícero Guedes é absolvido. Folha1, Campos dos Goytacazes, 07/11/2019. Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/11/geral/1254606-acusado-de-assassinar-cicero-guedes-e-absolvido.html. Acesso em: 04 de jul. 2021.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. Porto Alegre: Revista Anos 90, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.

Capítulo 6

PROPUESTA: “ESPACIO DE ENCUENTROS VIRTUALES PARA MANTENER EL CEREBRO ACTIVO Y SANO”. VIVENCIAS CON ADULTOS MAYORES EN ENTORNOS DE PANDEMIA”

Gisela Collado

María Fernanda Galarsi

Adriana Garcia

Lucia Lopez

Roberto Doña

PROPUESTA: “ESPACIO DE ENCUENTROS VIRTUALES PARA MANTENER EL CEREBRO ACTIVO Y SANO”. VIVENCIAS CON ADULTOS MAYORES EN ENTORNOS DE PANDEMIA”¹⁴

Gisela Collado

Licenciada en Psicología, docente e investigadora. Email: giselamcollado@gmail.com

María Fernanda Galarsi

Doctora en Psicología, docente e investigadora. Email: galarsimariafernanda@gmail.com

Adriana García

Doctora en Bioquímica, docente e investigadora. Email: agarcia@unsl.edu.ar

Lucía Lopez

Licenciada en Nutrición

Roberto Doña

Licenciado en Bioquímica, docente e investigador

Universidad Nacional de San Luis, San Luis, Argentina

Resumen

El presente trabajo tiene como finalidad narrar la experiencia vivenciada en talleres virtuales destinados a adultos mayores, en el marco del Programa de Adultos Mayores de la Universidad Nacional de San Luis, Argentina. La propuesta comprendió el desarrollo de temáticas referidas a la estimulación cognitiva y la neuroalimentación, así como también actividades de ejercitación, con la motivación de potenciar un cerebro sano y activo. Al encontrarnos en situación de pandemia por COVID-19, les propusimos contenidos sobre nutrición que les permitiera mantener un sistema inmune óptimo. Dichos encuentros se desarrollaron a través de la red social

¹⁴ Propuesta de trabajo presentada al Eje 1- Institucionalización de la Extensión Universitaria del V Congreso de Extensión de AUGM.

Facebook, a fin de generar vínculos e intercambios virtuales. Participaron del espacio adultos mayores de la Provincia de San Luis y de otras provincias locales. Utilizamos como recursos, presentaciones en power point y diversos materiales didácticos (documentos teóricos, imágenes, canciones, recetas) para su desarrollo. La experiencia resultó enriquecedora, de mutuo aprendizaje e intercambio con los estudiantes, docentes y equipo coordinador.

Palabras claves: adultos mayores; nutrición; estimulación; encuentros virtuales.

Introducción

A inicios del 2020 y paralelamente a comienzos del ciclo académico nos encontramos frente a un contexto incierto y de crisis debido a la pandemia generada por Covid-19. Este entorno, junto a la multiplicidad de situaciones que de allí emergieron, implicó un gran impacto a nivel económico, social, cultural y emocional en la vida de todas las personas, como también en la transformación del sistema educativo y la educación en general. El confinamiento, como primera medida implementada para el cuidado de la salud, y la situación de no presencialidad forzada nos enfrentó a importantes desafíos en la comunidad educativa.

Desde este lugar, coordinadores y docentes nos vimos ante el desafío de proponer nuevas alternativas y/o recursos planificando propuestas desde los entornos virtuales para los estudiantes. En esta línea, se propone darle marco y continuidad al Programa de Adultos Mayores dependiente de la Universidad Nacional, con la iniciativa de mantener y sostener los talleres que se venían desarrollando. Surge así la posibilidad de trabajar en red con los adultos, a modo de compartir vivencias, contenidos y actividades, teniendo presente el panorama complejo que transitábamos. Si bien dicha propuesta demandó esfuerzos y compromisos colectivos para organizar las diversas tareas, marcó un antecedente importante en cuanto a la participación activa de muchos adultos de la provincia de San Luis y provincias vecinas.

Teniendo en cuenta el contexto podemos decir que los datos epidemiológicos y demográficos actuales muestran que la población de edad avanzada aumenta en el mundo; y este aumento se relaciona, en parte, con la mayor longevidad de las personas mayores. Esto se ha logrado debido a los avances en medicina, tecnología, educación, higiene y alimentación. Una de las prioridades actuales es garantizar el envejecimiento con calidad de vida, permitiendo a los adultos mayores que conserven una buena salud. Con el envejecimiento se producen cambios neuronales que alteran la transmisión de los impulsos nerviosos como la acumulación de productos del

metabolismo celular, la pérdida de mielina y la disminución del número de neuronas. También se reduce la síntesis de neurotransmisores, decrece el número de receptores, se reducen las ramificaciones de las dendritas, con lo cual se ve afectada la comunicación neuronal. Además, se produce disminución del riego sanguíneo con lo cual llega menos sangre a las neuronas. Estos cambios a su vez llevan a modificar las habilidades cognitivas (Ginarte, 2002). El cerebro y sus diferentes células necesitan nutrientes para su formación, desarrollo y para el mantenimiento de sus funciones; y algunas de ellas necesitan nutrientes específicos para cumplir las actividades cerebrales. Son varios los estudios que sugieren que una alimentación completa y equilibrada basada en alimentos ricos en antioxidantes, proteínas, hidratos de carbono complejos, ácidos grasos insaturados, vitaminas y minerales, combinada con actividades físicas, sociales y recreativas ayuda a mejorar el funcionamiento cognitivo y disminuyen el riesgo de padecer enfermedades neurodegenerativas (Ibáñez Benegas, 2009). Las características de un estilo de vida y una alimentación saludable pueden reducir el riesgo de enfermedades crónicas. En los adultos mayores la hipertensión, la obesidad y diabetes se han relacionado con una mayor probabilidad de padecer deterioro cognitivo y demencia tipo Alzheimer (Martinez Garcia, 2018). Es importante estudiar y conocer los factores que afectan el funcionamiento cognitivo, ya que al incidir en ellos se puede retrasar el declive que afecta estas funciones en la vejez; lo cual, dado el ritmo al cual la población envejece, es necesario a fin de mejorar la calidad de vida de los adultos mayores. El estilo de vida y los alimentos fuente de nutrientes claves que contribuyen a mantener las funciones cognitivas en grado óptimo, deben ser considerados por ser factores protectores importantes y modificables en la calidad de vida de los adultos mayores (Castro Zamparella, 2020).

La respuesta inmune se ve afectada por diversos factores: la genética, la edad (inmuno-senescencia), la exposición a agentes patógenos, el estado hormonal, vacunaciones, ejercicio, estrés, consumo de tabaco, alcohol, obesidad, etcétera. Todos ellos son factores que debemos tener en cuenta como fuente de variación en las respuestas inmunitarias. El estado nutricional y los hábitos alimentarios son una de las fuentes principales de variación, ejerciendo un papel importante en la prevención o enlentecimiento de la depresión del sistema inmune. Si bien una alimentación variada en alimentos, nos protegen de carencias nutricionales, existen ciertos nutrientes que son esenciales para favorecer una inmunidad adecuada. como

son las Vitaminas A, D, E y C y los minerales como el hierro, zinc y selenio (Aguilar, 2020)

La estimulación cognitiva (EC,) por su parte, se define como el conjunto de técnicas y estrategias que pretenden optimizar la eficacia del funcionamiento de las distintas capacidades y funciones cognitivas (percepción, atención, razonamiento, abstracción, memoria, lenguaje, procesos de orientación y praxias) mediante una serie situaciones y actividades concretas que se estructuran en lo que se denominan “programas de entrenamiento cognitivo”. La estimulación cognitiva no sólo se centra en lo cognitivo, sino que aborda otros factores, tales como la afectividad, la esfera conductual, social, familiar y biológica, buscando intervenir sobre la persona adulta de forma integral. Cuando referimos a EC, damos cuenta de la diversidad de actividades que permiten ejercitar las capacidades cognitivas existentes con la finalidad de mejorar el funcionamiento cognitivo y disminuir la dependencia del adulto mayor. Es de resaltar, que una de las principales funciones de la EC es trabajar las capacidades que aún se conservan en el adulto mayor y no las que ya ha perdido, logrando así evitar la frustración del adulto (Ginarte, 2002). Todo esto contribuye a una mejora global de la conducta y estado de ánimo, como consecuencia de una mejora de autoeficacia y autoestima.

En fin, la EC se dirige de un modo más específico a mejorar el funcionamiento cognitivo de las personas con deterioro cognitivo o demencia, potenciando las capacidades y habilidades cognitivas todavía preservadas, así como enlenteciendo el proceso de deterioro. Sin embargo, no se dirige a recuperar definitivamente o frenar procesos degenerativos, aspecto terapéutico hoy por hoy inalcanzable desde cualquier aproximación terapéutica. Esta disciplina tiene su base científica en el cuerpo de conocimientos que aportan la neuropsicología, la psicología cognitiva, así como las teorías y principios existentes sobre el aprendizaje y la motivación humana (Francés, Baradiarán, Marcellán , Moreno, 2003).

Objetivo General

- Conocer y estimular las funciones cognitivas, e indagar sobre el consumo de alimentos fuente de nutrientes claves en la cognición y en el sistema inmune, en adultos mayores.

Objetivos Específicos

- Contribuir a mantener la mente activa a través de estímulos novedosos y desafiantes e informar sobre los factores protectores del funcionamiento cognitivo.
- Promover un estilo de vida saludable.
- Informar acerca de los alimentos fuente de nutrientes claves, que contribuyen a mantener las funciones cognitivas en grado óptimo.
- Informar acerca de los nutrientes claves para fortalecer el Sistema Inmunológico en contexto de Covid, y ofrecerles opciones saludables para el desayuno, merienda, cena y colaciones.

Materiales y Métodos

La propuesta se desarrolló con una frecuencia semanal de dos horas, durante el período de abril a diciembre del año 2020. Se llevó a cabo mediante la red social Facebook, trabajamos en un grupo privado “UNSL en Red con adultos mayores”, creado por la coordinación del programa, en cual se enmarca dicha experiencia.

En dichos encuentros se presentaron diversos temas, actividades y ejercicios cuya finalidad implicó informar y potenciar las distintas habilidades cognitivas (memoria, percepción, atención, lenguaje, funciones ejecutivas), como también fortalecer la alimentación equilibrada y saludable de los adultos. La modalidad de trabajo fue de taller.

Las actividades planteadas se dejaban a disposición de los participantes, por lo que se les ofrecía la posibilidad de desarrollarlas durante el encuentro, junto a un intercambio con los docentes, o realizarlas en sus tiempos, con la finalidad de ejercitarse durante la semana. Así mismo realizamos devoluciones recíprocas del trabajo, y señalamientos en caso que lo solicitaran.

Los materiales utilizados, comprendieron presentaciones de powerpoint, actividades de ejercitación cognitiva, material didáctico y de lectura referentes a contenidos de los temas abordados, que se sugería y proponía en cada encuentro.

Resultados, discusiones y análisis

Las devoluciones de los participantes fueron positivas, resaltaron como valioso el material que se les brindó, como también la importancia de conocer los nutrientes necesarios para preservar y mantener el Sistema Inmunológico frente al Covid. Así mismo, se mostraron agradecidos por las alternativas saludables que se les presentaron a través de recetas para las distintas comidas y colaciones del día, a fin de mejorar el Sistema Inmunológico.

En cuanto a los desafíos cognitivos, se los observó participativos, comprometidos y con mucho dinamismo en las diversas tareas. Reconocieron la importancia de poner en funcionamiento las distintas funciones cognitivas de manera activa y permanente, además de sentir las actividades como una distracción o entretenimiento en situación de cuarentena.

Los participantes se animaron también a compartir y expresar las vivencias y emociones que transitaban a diario, como así también compartir gustos, intereses, necesidades con el grupo en general.

La apertura en el espacio y la entrega de cada uno y una, fue gratificante para todos los que formamos parte de este equipo de trabajo.

A modo de conclusión podemos decir que resultó una experiencia muy enriquecedora tanto para los participantes del taller como para nosotras como docentes, no solo desde el punto de vista académico, sino también emocional ya que cada encuentro fue vivenciado como una experiencia de aprendizaje y acompañamiento; considerando que muchos de ellos/ellas se encontraban en soledad y transitando momentos de angustia producto del aislamiento.

Consideraciones

A partir de la lectura y evaluación del dictado del taller con las docentes y equipo coordinador del Programa, pudimos reconocer las áreas de mayor compromiso, fortalezas y desafíos.

Desde este lugar, surge la posibilidad de ampliar nuevas alternativas y/o recursos en los talleres actuales, incorporando encuentros por meet y la creación de grupos de whatsapp para una mejor coordinación y/o organización con los estudiantes.

Referencias

Aguilar, B. (2020). Micronutrientes: reguladores del sistema inmunológico y su utilidad en COVID-19. *Innovare: Revista De Ciencia Y Tecnología*, 9(1), 39-45. <https://doi.org/10.5377/innovare.v9i1.9659>

Castro Zamparella, Tatiana; Balaszczuk, Veronica, (2003) Efectos del Omega 3 ante Deterioro Cognitivo; Sociedad Argentina de Neuropsicología; Revista Argentina de Neuropsicología; 37; 9-; 44-60

Francés I, Baradiarán M, Marcellán T, Moreno L. (2003) Estimulación psicocognoscitiva en las demencias. *An. Sist. Sanit. Navar* 26 (3): 405-422.

Ginarte Y. (2002) Rehabilitación cognitiva. Aspectos teóricos y metodológicos. *Rev. Neurol.*; 34 (9): 870-876. 2.

Ibáñez Benages, E. Nutrientes y función cognitiva (2009) *Nutrición Hospitalaria*, vol. 2, núm. 2, mayo, pp. 3-12 Grupo Aula Médica Madrid, España.

Lozano Ibañez, M; Brisuela Ledesma, C; Garcia Mulero, E; Álvarez Craespo, B (2014) Cuaderno de actividades de la vida diaria. ESTEVE. Madrid

Martínez García RM, Jiménez Ortega AI, López-Sobaler AM, Ortega RM. (2018) Estrategias nutricionales que mejoran la función cognitiva. *Nutr Hosp*;35(N.º Extra. 6):16-19

Capítulo 7

**ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM UMA UNIDADE
DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

Letícia Thamanda Vieira de Sousa

Italo Nunes Arrais de Sousa

Rafaela Odísio Nunes

Hilris Rocha e Silva

ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM UMA UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Letícia Thamanda Vieira de Sousa

*Graduanda de Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI),
lele08thamanda@gmail.com*

Italo Nunes Arrais de Sousa

*Graduando de Farmácia pela Universidade Federal do Ceará (UFC),
italonunes@alu.ufc.br*

Rafaela Odísio Nunes

*Graduanda de Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI),
rafaelaodisio@gmail.com*

Hilris Rocha e Silva

Coordenadora e docente do curso de farmácia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas (UNESP), hilrisrocha@ufpi.edu.br

Resumo: A Atenção Farmacêutica (AF) é um eixo da farmácia clínica que vem ganhando cada vez mais destaque no processo de atendimento e acolhimento ao paciente, tendo papel fundamental no atendimento de idosos, população que geralmente apresenta alto número de comorbidades e conseqüentemente se tornam usuários de múltiplos medicamentos, causando assim uma maior susceptibilidade à ocorrência de eventos adversos. O presente trabalho é um relato de experiência com objetivo de mostrar a atuação do farmacêutico em um hospital de urgência e emergência da rede municipal de Teresina-Piauí. Durante a disciplina de estágio III do curso de farmácia da Universidade Federal do Piauí, realizado em unidade hospitalar, durante os meses de março a junho de 2019, os alunos puderam ter um contato próximo com esta área e coletar informações com pacientes e/ou seus respectivos acompanhantes. Nos pacientes do Hospital Dr. Miguel Couto, os principais eventos adversos identificados foram reações alérgicas e Interações Medicamentosas (IMs). Desta forma, fez-se necessária a intervenção, mostrando assim a necessidade e importância da atuação clínica do farmacêutico nas unidades hospitalares, que possui o intuito de evitar danos e complicações decorrentes

principalmente do uso de medicamentos que possam causar prejuízos à saúde e bem-estar dos indivíduos.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Interações Medicamentosas. Unidade Hospitalar.

Abstract: Pharmaceutical Care (PA) is an axis of clinical pharmacy that has been gaining more and more proeminence in the process of patient care and reception, playing a fundamental role in the care of the elderly, a population that usually has a high number of comorbidities and consequently becomes users of multiple drugs, thus causing a greater susceptibility to the occurrence of adverse events. The present work is an experience report with the objective of showing the performance of the pharmacist in an urgency and emergency hospital of the municipal network of Teresina-Piauí. During the internship III discipline of the pharmacy course at the Federal University of Piauí, held in a hospital unit, from March to June 2019, students were able to have close contact with this area and collect information from patients and/or their respective companions. In the patients of Dr. Miguel Couto Hospital, the main adverse events identified were allergic reactions and Drug Interactions (DIs). In this way, intervention was necessary, thus showing the need and importance of the pharmacist's clinical performance in hospital units, which aims to avoid damage and complications arising mainly from the use of medicines that may harm the health and well-being of individuals.

Keywords: Pharmaceutical attention. Drug interactions. Hospital Unit.

INTRODUÇÃO

A Atenção Farmacêutica (AF) no Brasil é utilizada para designar serviços clínicos, podendo ser considerada um modelo de prática e até mesmo uma filosofia de prática que impacta a saúde e a qualidade de vida da sociedade. Dentre os serviços clínicos desenvolvidos, a Conciliação Medicamentosa (CM) demonstra-se ser uma excelente ferramenta para prevenir erros no uso dos medicamentos associados a prescrições inadequadas ou discrepantes. É realizada principalmente quando o paciente passa por diferentes tipos de serviços de saúde, evitando danos desnecessários (BRASIL, 2014)

Para tal, o farmacêutico elabora uma lista de todos os medicamentos utilizados pelo paciente contendo informações importantes sobre eles, como a posologia, e concilia com prescrições médicas e outros achados clínicos obtidos pela equipe multiprofissional de saúde, utilizando-se do prontuário ou até mesmo de outras informações descritas pelo paciente e/ou seus acompanhantes (BRASIL, 2014).

Neste contexto, serviços como este, são cada vez mais imprescindíveis, pois o envelhecimento contínuo da população juntamente com multimorbidade possibilita a

polifarmácia, que pode ser definida como o uso rotineiro de cinco ou mais medicamentos, sendo estes prescritos ou isentos de prescrição (WHO, 2019). O uso de medicamentos, principalmente no caso da polifarmácia, de forma inadequada, gera múltiplas Interações Medicamentosas (IMs) que em suma podem ser nocivas ao paciente (DRUMBECK, 2015; SANTOS *et al*, 2019). Este relato de experiência objetiva descrever a atividade de AF realizada por alunos através da disciplina de estágio III do curso de farmácia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em um hospital de urgência e emergência.

METODOLOGIA

A atividade aconteceu no hospital Dr. Miguel Couto, em Teresina, durante quatro meses em 2019. Supervisionados, pelos profissionais e professora supervisora, os alunos exercitavam a atenção farmacêutica aos pacientes internados nas enfermarias através do serviço de CM. Primeiramente, os estagiários fizeram entrevistas com os internados, a fim de coletar informações sobre o uso de medicamentos e seu retrospecto de saúde, bem como se os mesmos continuavam fazendo uso destes medicamentos após admissão no hospital, se possuíam alergias ou se tiveram algum episódio de efeito colateral decorrente do uso de algum medicamento que fora administrado no hospital. Em casos de inconsciência ou impossibilidade de fala, buscava-se o acompanhante para sanar os questionamentos. Todos os dados foram coletados e anotados em uma ficha própria para a realização da CM. Posteriormente, realizava-se uma análise comparativa entre estes dados e a prescrição médica, com auxílio da plataforma *Micromedex* para observar possíveis interações. Após esta análise criteriosa, as devidas intervenções farmacêuticas eram realizadas frente ao prescritor e à equipe de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da conciliação medicamentosa, pôde-se observar prescrições que poderiam induzir reações alérgicas, já que foram prescritos medicamentos dos quais os pacientes eram alérgicos, principalmente o paracetamol e a dipirona. Também pode-se notar muitas IMs, tanto medicamento e medicamento, quanto medicamento e alimento, sobretudo em idosos, resultado este já salientado e observado em outros estudos (DRUMBECK, 2015; SANTOS *et al*, 2019). Outro fato bastante observado foi a duplicidade de administração de medicamentos, pois o paciente levava determinado

medicamento da sua residência para o hospital e o mesmo era também prescrito pelo médico, podendo causar consequências graves, como intoxicação.

Em suma, as intervenções farmacêuticas realizadas eram associadas ao aprazamento destes medicamentos, mudança de posologia ou prescrição. Nestes casos, a equipe de saúde demonstrou-se solícita as sugestões idealizadas pelas farmacêuticas, com boa aceitabilidade, processo este que visa beneficiar o paciente frente ao seu processo de recuperação, evitando reações adversas ou até mesmo iatrogenia.

A contribuição dos estagiários demonstrou ser efetiva e satisfatória para os serviços clínicos do hospital, haja vista que com a presença dos mesmos, a atividade foi realizada de maneira mais otimizada, abrangendo todos os leitos da unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência prestada pelos alunos foi de grande valia, demonstrando o quanto a AF é essencial em relação ao cenário atual de saúde. A experiência foi satisfatória para os estagiários, tendo em vista que os mesmos puderam ver na prática a importância de realizar a conciliação medicamentosa, a fim de minimizar possíveis interações, efeitos colaterais e reações alérgicas. Dessa forma, mostra-se de extrema importância a atuação do profissional farmacêutico em uma unidade hospitalar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual**. 2014. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

DUMBRECK, S. et al. Drug-disease and drug-drug interactions: systematic examination of recommendations in 12 UK national clinical guidelines. **BMJ**, 2015; 350: h949.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **O papel do farmacêutico no sistema de saúde**. Disponível em: <https://apps.who.int/medicinedocs/en/d/Jh2995e/2.2.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

SANTOS, J. S.; GIORDANI, F.; ROSA, M. L. G. Interações medicamentosas potenciais em adultos e idosos na atenção primária. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.24, no.11, nov. de 2019.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Medication Safety in Polypharmacy**. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/325454/WHO-UHC-SDS-2019.11-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Capítulo 8

CONSÓRCIO ALTO TELESPIRES, ASPCTOS DA FORMAÇÃO DA REDE DE COOPERAÇÃO

Magda Glória Guarda

Bárbara Tairine Campos Gireli

CONSÓRCIO ALTO TELESPIRES, ASPCTOS DA FORMAÇÃO DA REDE DE COOPERAÇÃO

Magda Glória Guarda

*Professora - UNEMAT, Administradora, Mestra em Ciências Sociais-UNISINOS,
magdagloria@gmail.com.*

Bárbara Tairine Campos Gireli

*Professor - IFMT, Administradora, Mestra em Economia-UFMT,
barbara96996324@hotmail.com.*

Resumo: O presente estudo, apresenta como objetivo realizar uma análise do desenvolvimento e características da rede de cooperação que se formou por meio do programa MT Regional, uma vez que tal programa buscou o desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades do estado de Mato Grosso. Tendo em vista que as redes de cooperação vêm ganhando destaque como uma inovação social capaz de proporcionar o desenvolvimento local e regional. Neste sentido o programa MT-Regional, por meio de um sistema de governança diferenciado buscou proporcionar desenvolvimento e sustentabilidade para os pequenos empreendimentos rurais. Para tal feito realizou-se uma análise documental visando as principais características da rede de cooperação situada no programa.

Palavras-chave: Redes de cooperação; Governança; MT-Regional.

Abstract: The present study aims to carry out an analysis of the development and characteristics of the cooperation network that was formed through the MT Regional program, since this program sought the sustainable development of small properties in the state of Mato Grosso. Considering that cooperation networks have been gaining prominence as a social innovation capable of providing local and regional development. In this sense, the MT-Regional program, through a differentiated governance system, sought to provide development and sustainability to small rural enterprises. For that, a documental analysis was carried out aiming at the main characteristics of the cooperation network located in the program.

Keywords: Cooperation networks; Governance; Regional MT.

INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento local e regional, se mostra como um grande desafio para as instituições, tal feito exige uma nova postura dos agentes envolvidos

com o intuito de conseguir uma quebra de paradigmas fazendo assim com que seja necessária uma nova dinâmica que seja capaz de satisfazer as necessidades locais e regionais. Nesta conjuntura as inovações sociais ganham destaque como é o caso das redes de cooperação, tal estrutura permite uma reestruturação organizacional buscando proporcionar uma maior flexibilidade e competitividade para as organizações.

O estado de Mato Grosso, implementou no ano de 2008 o programa MT-Regional, o objetivo do programa era alcançar às pequenas propriedades rurais, promovendo o desenvolvimento. Por meio de uma nova dinâmica, no meio agrícola mato-grossense. Foram realizados por meio do estado levantamentos regionais, identificando as vocações de cada região com o intuito de desenvolver projetos e fomentar as potencialidades agroindustriais.

Para isso, criou-se a Secretaria Extraordinária de Planejamento Estratégico (SEPE), dividindo os 141 municípios mato-grossenses em Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável (CIDESA), criando 15 consórcios, cujo objetivo principal consiste em traçar o perfil econômico, social e político e, principalmente, identificar as vocações dos municípios para produção agroindustrial em suas comunidades.

As redes de cooperação, formadas no estado de Mato Grosso, são compostas por: i) grupos das associações de produtores de apicultura, bacia leiteira, ovinocultura, fruticultura, piscicultura, entre outros; ii) empresas privadas (âncoras); iii) bancos de fomento, MT Regional, sindicatos rurais, Governos Municipais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outros órgãos parceiros (GUARDA, 2010).

A agroindústria familiar surgiu com objetivo de agregar valor e promover à sustentabilidade as pequenas propriedades familiares. Como qualquer sistema de produção, a estrutura agroindustrial familiar brasileira não é diferente, ela incorpora e cria novas formas de atuar conforme a dinâmica sócio econômico da região que estão inseridas, e também do ambiente global. “O velho fordismo produtivo foi substituído por novos modelos de desenvolvimento, que resgatam os aspectos ecológicos e endógenos, e por isso fortalecem as especificidades territoriais”, SUBIRATS (2004 p.7).

Sendo assim, o presente estudo possui o intuito de realizar uma análise documental, quanto as características da rede de cooperação que se formou através

do programa MT-REGIONAL, especificamente o consórcio Alto Teles Pires, localizado na região norte de Mato Grosso contemplando por 14 cidades.

As redes de cooperação vêm se mostrando como uma alternativa para os pequenos empreendimentos rurais, onde estes necessitam cada vez mais buscar estratégias que assegurem a sua competitividade perante ao mercado. Nesta perspectiva segundo o MAPA (2019), as cooperativas se mostram como uma alternativa com o intuito de manter o agricultor no campo, tendo estes vários benefícios quando conseguem se estruturar os principais benefícios quanto as cooperativas agropecuária sendo: Inclusão de produtores, independentemente de seu tamanho e sistema de produção; coordenação da cadeia produtiva em relação horizontal; geração e distribuição de renda de forma equitativa; prestação de serviços e o acesso e adoção de tecnologias aos seus cooperados; economias em escala nos processos de compra e venda, isto é, barganha adquirida nas compras e nas vendas coletivas; acesso a mercados, que isoladamente seria mais complicado; e agregação de valor à produção dos cooperados.

De acordo com o Censo Agropecuário do ano de (2017), estima-se que 579,5 dos estabelecimentos rurais fazem parte de algum tipo de rede de cooperação como associações ou cooperativas, o que equivale a 11,4% de todos os estabelecimentos rurais do País, destes 70,6% dos estabelecimentos estão localizados em uma área de 1 a 50 hectares, evidenciando a predominância entre os pequenos e médios estabelecimentos, ressaltando-se o fato de que 71,2% dos estabelecimentos cooperados são do tipo agricultura familiar, sendo cerca de 410 mil estabelecimentos.

Fernandes (2004), salienta que as políticas públicas são as principais responsáveis pelo desenvolvimento de determinados segmentos. A autora salienta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do MAPA como um dos mais promissores até o momento em nível federal, embora existam outros programas estaduais e municipais. Entretanto, na prática, a sustentabilidade deste empreendimento tem se mostrado muito pequena num ambiente cada vez mais competitivo e de economia aberta, principalmente pelas dificuldades de caráter tecnológico, institucional e sobretudo gerencial. Rama e Wilkinson (2007, 2008) referem-se às políticas como alicerce para fomentar o surgimento e a manutenção de empreendimentos agroindustriais, nos quais a agricultura familiar ocupa um lugar de destaque, em razão de seus atributos autônomos para o processamento de sua produção.

Inicialmente realizou-se, uma revisão conceitual em relação as principais referenciais teóricas sobre Redes de Cooperação, estratégias de gestão-financeira em empresas rurais familiares e nas Políticas Públicas para este setor em nível mundo, Brasil e no estado de Mato Grosso, buscando essencialmente o estado da arte em referencial disponível. Direcionada revisão será a base para uma pesquisa de campo posterior, junto a propriedades rurais familiar, no estado de Mato Grosso.

Conforme Lakatos e Marconi (2000), a revisão bibliográfica de uma pesquisa deve ser bem fundamentada, pois, dessa forma, ela tem maior probabilidade de apresentar uma contribuição relevante ao conhecimento científico. As pesquisas realizadas nas áreas das ciências sociais têm como centro dos estudos as relações de caráter humano e social, viés pelo qual os fenômenos econômicos, sociais, políticos, culturais, educacionais e psicológicos são abordados. Pretende-se realizar uma pesquisa por meio da abordagem metodológica exploratória e descritiva, de análise qualitativa, conforme expõe (GARNICA,2004).

Para Araújo e Borba (2004), a pesquisa qualitativa deve estar à luz de uma visão de conhecimento que esteja em sintonia com procedimentos como entrevistas, análises de vídeos, entre outros e as interpretações. Assim, uma pesquisa de cunho exploratório e de análise qualitativa é a mais indicada. Além disso, buscar-se-á a abordagem qualitativa através de uma pesquisa multicaso, segundo Yin (2005), uma vez que o tema de estudo é atual com fenômeno da vida real pode-se usar a metodologia de multicaso.

Uma das formas de coletar os dados é a documental, segundo Yin (2005, p. 112), “exceto para os estudos que investigam sociedades que não dominavam a arte da escrita, é provável que as informações documentais sejam relevantes a todos os tópicos do estudo de caso”. Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos consiste em corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes.

Desta forma realizou-se investigação documental, tendo como escopo a Lei regulamentadora dos consórcios do estado de Mato Grosso; estratégia da política pública referente aos consórcios de desenvolvimento regional; trabalhos desenvolvidos tendo como escopo o programa, documentos estaduais que nomeiam órgãos responsáveis pelos consórcios, revistas de divulgação do consórcio, normas internas do MT Regional dos seus regulamentos internos e documentos das

associações formalizadas dessas redes, desde sua forma de constituição civil e de direito, bem com seus registros financeiros , todos pertinentes ao objeto de pesquisa.

MT-Regional UMA Rede de Cooperação com um Sistema Diferenciado de Governança

Com base na análise documental, pode-se ver a formação de uma rede de cooperação, entre vários atores, públicos e privados, com interesses individuais e coletivos. Tais ações impactaram com ações de apoio realizados pela rede, cerca de 7.697 famílias somente no consorcio Alto Teles Pires. Essas ações de apoio são: elaboração de programas e projetos, organização das cadeias produtivas, regularização fundiária, transferência tecnológica, fomento, crédito, infraestrutura, legislação e comunicação. As contribuições do programa MT-Regional possui o intuito de promover o desenvolvimento econômico e sócio ambiental, se atem a: aumentar o número dos postos de trabalho; incrementar a arrecadação dos municípios; melhorar o IDH dos municípios (SEPE, 2014).

O programa MT-Regional foi criado através da lei 8.697 de 02 de agosto de 2007, com as finalidades e competências conforme estabelecidas nessa mesma lei. Assim, após a oficialização via publicação no diário oficial, o MT-Regional, junto com a Secretaria Extraordinária de Planejamento Estratégico (SEPE), assumiu o papel de implementação do que determina a lei, através de estratégias específicas (NORMAS INTERNAS DO MT REGIONAL, 2007)

Esses consórcios foram entendidos como rede, em diversos trabalhos como Guada (2010), Guada (2014) e SEPE (2014), evidenciado uma rede de cooperação com um sistema de governança diferenciado, com o intuito de mapear e estimular as cadeias produtivas locais, promovendo assim o desenvolvimento regional sustentável. Tal rede constituída pelo Governo do estado, Associações municipais, municípios, SEBRAE, Banco do Brasil, SICREDI, Banco da Amazônia, FAMATO, SENAR, FETAGRI, etc (SEPE, 2014).

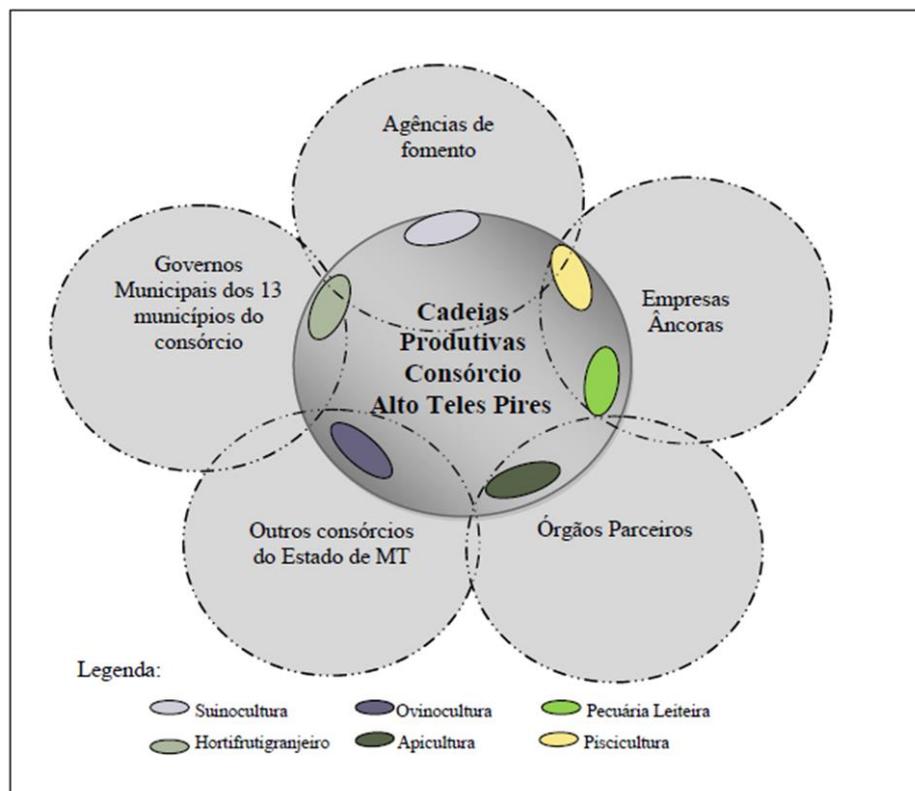
Segundo Guada (2010, p.98) “Os agentes conectados a essa rede de consorciada assumem o papel de nutri-la com informações, além de articular o processo da busca efetiva do conhecimento e ao desenvolvimento regional. ”.

As decisões e a governança da rede são regidas por um estatuto que formaliza o modelo de governança, das atividades de responsabilidade municipal e de âmbito

administrativo, que envolvem as redes produtivas. Destacando-se o fato de que as decisões da rede do consórcio mostram-se compartilhada através do MT-Regional, com a participação pelas cadeias produtivas, empresas âncoras e órgãos parceiros. Tal governança compartilhada possui caráter informal, e é obtida por meio de assembleias caráter pré-forma, onde se é feito o levantamento das necessidades locais com os agentes (GUADA 2010).

A Figura 1, retrata o contato social dos atores com as cadeias produtivas, tal característica se é decorrente através da interligação dos participantes da rede, fomentando assim o desenvolvimento por meio de apoio mútuo. Consequentemente tais fatores ocasionam o aumento da capacidade de eficiência e eficácia de cada um dos atores. Sendo assim, tal figura possui o intuito de demonstrar a interligação entre os agentes da rede.

Figura 1- Cadeias Produtivas do Consórcio e Seus Participantes



Fonte: GUADA (2010).

Guada (2010), em sua pesquisa com os atores do programa, analisou a percepção dos envolvidos na cadeia produtiva como produtores e presidentes de associações, empresa âncora. Tais atores, possuem a percepção que a governança está entre os municípios consorciados e o estado, onde suas afirmações apontaram

que o programa MT-Regional vem a assumir o papel central na governança, entretanto tal característica não é percebida pelo grupo com caráter negativo, uma vez que a rede foi construída mediante uma relação de confiança.

O consórcio configurou-se para atender os objetivos dos municípios consorciados, ou seja, os municípios uniram-se em torno de alguns objetivos comuns, tendo como principais: a) adquirir força diante do governo Estadual para negociação de políticas públicas direcionadas para a região, suprindo as necessidades destes municípios; b) barganhar preços, mediante fornecedores, que abrange desde serviços, produtos, máquinas e material de expediente, entre outros, necessários à administração operacional dos municípios; c) somar esforços para implementar políticas públicas, tanto estaduais como municipais, voltadas para desenvolvimento regional/local.

Tais constatações confirmam o que preconizam os autores BALESTRIN e VERSCHOORE(2008), que sustentam que as configurações de redes de consórcio adotadas. Na análise documental, outro fato que chama atenção no Consórcio Alto Teles Pires, esse apresenta uma forma de organização, ou seja, a governança dos serviços públicos realizada entre os municípios consorciados associada à estrutura que envolve iniciativa da sociedade civil que integram o consórcio através de associações e/ou cooperativas de cadeias produtivas (ESTATUTO, 2007, ART 45).

Pode-se constatar que os demais consórcios possuem uma função fundamental de troca de informações, com o intuito de convergir para o aprendizado mútuo. Tal papel não se encontra formalizado, porém ocorre entre os consórcios através de eventos técnicos, sociais, feiras, fóruns, entre outros. Tais informações foram coletadas do Planejamento Estratégico do Consórcio Alto Teles Pires-MT Regional /Unidade de Sorriso (2010).

Essa situação demonstra que as decisões não são tomadas apenas para satisfazer somente as expectativas dos consorciados, mas também visam atender os que têm condições verdadeiramente de transformar a realidade local. Korten (1999) indica que, para existir o equilíbrio econômico e social deve haver a mobilização da sociedade civil para utilizar-se dos recursos locais de forma sustentável e que este é o caminho mais seguro para alcançar o crescimento individual e coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes de cooperação se mostram como uma alternativa para proporcionar o desenvolvimento regional e local por meio de parcerias entre os agentes sociais em torno de objetivos em comum como é o caso do programa MT Regional, tais parcerias exigem um nível de governança diferenciado com uma nova organização entre os atores particularmente quando falamos do meio agrário, fazendo assim com que haja uma nova dinâmica com o intuito de uma reorganização entre desenvolvimento regional e políticas públicas.

O programa teve o intuito de mapear e buscar fortalecer os arranjos produtivos locais, por meio de novos arranjos sociais e institucionais, estimulando assim o capital social e tendo como consequência, a valorização da cultura e características regionais proporcionado de tal forma o desenvolvimento regional. Ficou evidente que o programa MT Regional, conseguiu proporcionar um modelo de rede de cooperação com um sistema de governança diferenciado onde os diversos atores conseguiram influenciar nas decisões do programa de acordo com as necessidades locais e regionais, tais fatores sustentam o modelo de rede de confiança entre os atores.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. **Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os Fundamentos do Conceito**. Inf. Londrina, V. 12, n. esp., 2007.

ALMEIDA, Naomar Filho. Gestão de redes de cooperação interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação. In: TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. Salvador, Bahia: Editora Casa da Qualidade, 2005.

AMARAL, Álvaro Lucas do. **A Questão Regional Urbana - Sob a ótica das desigualdades territoriais**. Cacéres, Editora Unemat, 2005.

ARAÚJO, Jussara. L.; BORBA, Marcelo. C.. **Construindo Pesquisa Coletivamente em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2005.

BALESTRIN, A., VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CASTELLS, M. (1942). **A Sociedade em redes**. Tradução: RoneideVenancioMajer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel – **The rise of the Network Society** – Blackwell Publishers, Oxford,UK,1996.

CASTELLS, Manuel. Internet y la sociedad red. In: **Conferencia de Presentación del Programa de Doctorado sobre la Sociedad de la Información y el Conocimiento**. Universitat Oberta de Catalunya. 2000. p. 1-13.

Censo Agropecuário 2017. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27/08/2019

FERNANDES, Aline Regina, D.S. Universidade de Viçosa, abril de 2004. **Dinâmica operacional e sustentabilidade econômica de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte**. Orientador: Carlos Arthur Barbosa da Silva. Conselheiros: Aziz Galvão da Silva Junior e José Luis Braga.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática. In: BORBA, M. C. ; ARAÚJO, J. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

GUARDA, Magda Glória. **Governança compartilhada em rede de cooperação: o caso do Consórcio Alto Teles Pires de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado Interinstitucional em Ciências Sociais – UNISINOS/UNEMAT, 2010.

HASTENREITER, Nelson Horácio Filho. **Gestão de redes de cooperação interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação**. In: TEIXEIRA, Francisco (Org). Salvador, Bahia: Editora Casa da Qualidade, 2005.

HENDERSON, Bruce D. As origens da estratégia. In: MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (Org.). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro Campus, 1998.

KORTEN, David C.–**The Post-Corporate World**- Berrett-KoehlerPublishers, San Francisco1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009, p.163-168.

LÉVY, Pierrri. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das redes** – Colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2001.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do Agronegócio Brasil 2009/2010 a 2019/2020**. Brasília - DF – Jul/2010. Disponível www.agricultura.gov.br. Acesso em 06/07/2014.

MT+20 (Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) – **SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso (2002)** – Disponível www.mt.gov.br – Acessado em 08/08/2014.

MT+20 (Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) – **SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso (2002)** – Disponível www.mt.gov.br – Acessado em 08/08/2014.

RAMA, R.; WILKINSON, J. **Foreign direct investment and agri-food value chains in developing countries**: review of the main Issues, Commodity Market Review 2007-8. Rome: FAO.

RODRIGUES, M. L. A. **Construção de Redes de Proteção dos Direitos**. Cartilha do Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Curitiba, 2006.

SALAMON, Lester M. et al (Org.). **Global Civil Society**: Dimensions of the Nonprofit Sector. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos – **SEPE** - 2014. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/fruticulturatangara/palestrat3.pdf>. Acesso em: 27/08/2019

SUBIRATS, Joan et al. **Pobreza y exclusión social**: Un análisis de la realidad española y europea. Barcelona: Colección Estudios Sociales – Fundación “La Caixa”, n. 16, 2004.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005.

AUTORES

Adriana Garcia

Doctora en Bioquímica, docente e investigadora. Email: agarcia@unsl.edu.ar

Ana Lucia de Souza Gomes dos Santos

Possui graduação em Geografia (2014) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e em Letras (2017) pela Universidade Federal Fluminense-UFF. É pós graduanda no Curso de Especialização em Geologia do Quaternário (Turma 19/2019) pelo Museu Nacional-UFRJ. Atualmente é professora de Geografia e Sociologia na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Participa do Projeto de Extensão / Projeto de Educação Ambiental “CONEXÕES RIOS: Diálogos e Vivências entre Rios e Sociedade”, e do Grupo de Pesquisa em Dinâmica e Gestão de Rios (GEOMORPHOS) na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Tem experiência em pesquisa na área de Geografia com foco em análise de processos e paisagens naturais impactados pela ação antrópica.

Bárbara Tairine Campos Gireli

Professor - IFMT, Administradora, Mestra em Economia-UFMT.

Delcio Antônio Agliardi

Possui mestrado em Educação e doutorado em Letras, professor da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e membro do Observatório de Educação.

Fernando José Pereira da Costa

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA/UFRJ), com mestrado em Ciências pela Coppe/UFRJ e Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Foi professor universitário e do ensino secundário e profissional, sendo coautor de vários artigos e trabalhos.

Gisela Collado

Licenciada en Psicología, docente e investigadora. Email: giselamcollado@gmail.com

Hilris Rocha e Silva

Coordenadora e docente do curso de farmácia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas (UNESP).

Italo Nunes Arrais de Sousa

Graduando de Farmácia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

João Wagner de Alencar Castro

Professor Titular do Departamento de Geologia - IGEO/UFRJ. Coordenador do Laboratório de Geologia Costeira, Sedimentologia & Meio Ambiente do Departamento de Geologia & Paleontologia do Museu Nacional UFRJ - castro@mn.ufrj.br

Lavínia Izidoro Martins

Mestranda em História Social, UFRJ.

Letícia Thamanda Vieira de Sousa

Graduanda de Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Lucia Lopez

Licenciada en Nutrición

Magda Glória Guarda

Professora - UNEMAT, Administradora, Mestra em Ciências Sociais-UNISINOS.

Manoel Gonçalves Rodrigues

Formado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (EQ/UFRJ), com mestrado em Ciências pela Coppe/UFRJ e doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor universitário, sendo coautor de vários artigos e trabalhos.

María Fernanda Galarsi

Doctora en Psicología, docente e investigadora. Email: galarsimariafernanda@gmail.com

Patrícia Giuriatti

Professora da Educação Básica. Psicopedagoga e assessora pedagógica. Possui mestrado em educação. Fundadora e líder do Grupo de Observação e Investigação Cultura da Infância.

Rafaela Odísio Nunes

Graduanda de Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Roberto Doña

Licenciado em Bioquímica, docente e investigador

Rodrigo Zambrotti Pinaud

Possui graduação em bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1994) e licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (2021) e mestrado em Planejamento Energético e Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - COPPE/UFRJ (1997). Tem experiência na área de Bioquímica Ambiental, Ecologia, Educação Ambiental, Biologia Celular, Avaliação de Impactos Ambientais, Análise de Risco, implantação e acompanhamento de Programas Socioambientais e Medidas Mitigadoras, História Ambiental, Geoprocessamento e Navegação/Náutica, História Ambiental, Cartografia Histórica, Gestão Ambiental em Cidades Históricas/Patrimônio Nacional ou da Humanidade

uniatual
EDITORA

ISBN 978-658601317-7



9

786586

013177